

16 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Dilma sanciona projeto que deverá agilizar a Justiça

Reforma do Código de Processo Civil, aprovada pelo Congresso em 2014, prevê o fim de alguns recursos

Contagem de prazo do Judiciário muda e passa a ser em dias úteis; novas regras entrarão em vigor daqui um ano

**GABRIEL AGUIAR
MÁRCIO FALCÃO**
DE BRASÍLIA

Em vigor desde 1973, o CPC (Código de Processo Civil) vai passar por mudanças que vão acelerar o andamento das ações judiciais no país, com efeitos diretos no cotidiano dos brasileiros.

A presidente Dilma Rousseff sanciona nesta segunda-feira (16) a reforma do CPC, aprovada pelo Congresso Nacional no fim de 2014. As alterações, porém, só terão validade daqui a um ano.

A reforma foi elaborada por uma comissão de juristas, coordenada pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux antes de ser submetida aos congressistas. A discussão durou cinco anos.

O Palácio do Planalto não revelou se haverá vetos à versão do código aprovada pelo Legislativo. Caso Dilma não sancione a reforma do CPC integralmente, os vetos terão que passar pela análise de deputados e senadores.

A principal mudança no código, na opinião dos congressistas, é acelerar a tramitação dos processos na Justiça.

As causas passam a ser julgadas em ordem cronológica, evitando que as mais antigas fiquem sem análise.

O novo CPC também reduz recursos no Judiciário, o que deve diminuir o tempo de julgamento das ações pela metade, como o fim dos embargos infringentes cíveis (tipo de recurso que discute o julgamento que não é unânime).

Para agilizar os processos, o código fixa pagamento de multas de até 20% do valor da causa se ficar comprovado que os recursos apresentados tinham apenas o intuito de protelar a decisão final.

O texto cria também o "instituto de resolução de demandas repetitivas", que estabelece um sistema para que ações iguais sejam decididas de uma só vez, para tentar desafogar o Judiciário. Se o juiz entender que uma decisão vale para outras causas, ela será estendida às demais.

O novo código permite ainda que ações individuais sejam transformadas em coletivas se o seu efeito atingir um número maior de pessoas.

DIVÓRCIO

Os congressistas incluíram no novo CPC mecanismo já previsto no Código Civil que facilita o divórcio de casais.

Uma alteração na Constituição, em 2010, acabou com a regra que estabelecia o divórcio apenas um ano depois da separação formal ou após dois anos da separação de fato (quanto o casal deixa de viver junto). Os casais ficam com a opção de escolher a separação ou partir diretamente para o divórcio.

A reforma no CPC também amplia mecanismos de conciliação, para que os envolvidos cheguem a um entendimento em audiências.

Para atender demanda dos advogados, o novo CPC fixa que os prazos estabelecidos para os processos sejam contados em dias úteis.

Entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro, não haverá contagem de prazo para os processos, o que permite aos advogados saírem de férias sem o risco da perda de prazos. A mudança não suspende o funcionamento dos tribunais nesse período.

Há ainda impedimento para que juízes analisem causas defendidas por escritórios de advocacia que tenham entre os membros parentes até terceiro grau dos magistrados.

16 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

BETO RICHA

Restabelecendo a verdade

BETO RICHA

O Paraná, apesar das dificuldades conjunturais, goza de uma condição estrutural muito mais sólida que a pregada por opositores

Encerrada a greve dos professores da rede pública, é hora de restabelecer a verdade dos fatos sobre a situação econômica do Paraná e expor as medidas que estamos tomando para assegurar o equilíbrio das finanças do Estado.

Tenho certeza de que o leitor, isento de paixões, concordará comigo que o Paraná, apesar das dificuldades conjunturais, goza de uma condição estrutural muito mais sólida que a pregada por opositores.

Ao assumir o governo, em janeiro de 2011, herdei uma dívida de curto prazo de R\$ 4,5 bilhões (R\$ 1 bilhão só de recolhimentos ao Pasep, não realizados na gestão anterior).

Promovemos um ajuste fiscal, com o corte de mil cargos comissionados, a eliminação de cinco secretarias e a redução de quase 20% das despesas de custeio.

Tudo para sanear as finanças do Estado, engessadas por vinculações obrigatórias de receitas.

Em primeiro lugar, considerando apenas tributos arrecadados pelo Estado, devem ir para os municípios 25% do ICMS e 50% do IPVA.

O restante da receita — composta da porcentagem remanescente de ICMS e IPVA, somada aos repasses federais para cada área — deve ser executado da seguinte forma: 20% para o Fundeb, 30% para a educação, 12% para a saúde, 18,6% para os demais Poderes, 2% para ciência e tecnologia, 2% para precatórios (compromisso que não havia na gestão anterior) e 1% para o Pasep.

Embora esses repasses comprometam cerca de 80% da arrecadação do ICMS e do IPVA, investi em educação e saúde mais do que prevê a lei. Em 2014, foram aplicados 34,3% das receitas em educação e 12,3% em saúde.

Também elevamos o investimento em segurança pública, contratando 10 mil policiais e melhorando substancialmente seus salários.

Os avanços na educação constituem um capítulo à parte: 60% de reajuste para os professores em quatro anos, contratação de 23 mil profissionais e aumento de 75% na hora-atividade. Hoje, um professor com jornada semanal de 40 horas passa 26 horas na sala de aula e 14 fora dela, preparando matérias e corrigindo provas.

Tivemos que transferir aposentadorias do fundo de previdência dos servidores para o Tesouro do Estado — decisão que visava garantir maior longevidade ao fundo de previdência. Em apenas dois anos, isso custou ao Tesouro a vultosa quantia de R\$ 4 bilhões.

No diálogo com servidores, buscamos agora equacionar o problema de forma que a previdência permaneça sustentável no longo prazo, sem que se penalize o Estado.

Outra perda significativa, de R\$ 4 bilhões, teve origem na política de desonerações fiscais do governo federal, que reduziu drasticamente as receitas do Estado — extinção da Cide, redução da tarifa de energia, congelamento artificial do preço dos combustíveis, entre outros.

Ainda que não esteja isolado do contexto nacional, caracterizado pelo baixo crescimento entre 2011 e 2014, o Paraná teve desempenho econômico bem melhor no período. O Produto Interno Bruto paranaense cresceu a uma taxa anual de 4%, contra menos de 2% do Brasil.

Afirmo que o Estado se mantém em situação sólida porque, com todos esses percalços, pagamos R\$ 5,6 bilhões da dívida consolidada e recebemos apenas R\$ 1,1 bilhão em

novos financiamentos. A dívida consolidada caiu de mais de 90% da sua receita corrente líquida, em 2010, para 58% em 2014.

Infelizmente não conseguimos evitar problemas momentâneos de caixa, que se agravaram nos últimos meses com a queda de receitas. O ajuste fiscal aprovado em dezembro e o novo plano de austeridade deflagrado logo depois terão resultados efetivos a curto e médio prazo.

Neste momento todos precisam dar a sua cota de sacrifício — inclusive os servidores públicos — para que, o mais breve possível, o Paraná amplie sua capacidade de investimento. O que mais precisamos agora é de trabalho e serenidade.

BETO RICHA, 49, é governador do Paraná (PSDB)

15 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Ministro moderado conduz caso no STF

Indicado por Dilma, Teori Zavascki tem perfil intermediário entre rigor de Barbosa e visão pró-réu de Lewandowski

No mensalão, voto do magistrado abriu caminho para petistas se livrarem do crime de formação de quadrilha

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

Relator da operação Lava Jato, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki, 66, é um julgador de mão pesada na área civil, em defesa do dinheiro público, e liberal na área penal, em defesa dos direitos individuais.

Foi escolhido pela presidente Dilma Rousseff para a vaga de Cezar Peluso no STF. Seu voto de desempate no mensalão, ao aceitar os embargos infringentes, permitiu a absolvição dos petistas José Dirceu (ex-ministro da Casa Civil), Delúbio Soares (ex-tesoureiro do PT) e José Genoino (ex-presidente da sigla) do crime de quadrilha.

O voto gerou a dúvida se teria sido o preço da nomeação. Para os mais próximos, o comentário é injusto. Zavascki, dizem, é um juiz rigoroso e íntegro.

Discreto, não fala muito fora dos autos. É considerado conservador, mas revogou o sigilo nas investigações sobre a Petrobras.

Zavascki estaria no centro, entre Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski. Ou seja, não tão rigoroso quanto o primeiro nem tão "garantista" (a favor do direito dos réus) quanto o segundo.

Na sabatina no Senado, o relatório da indicação ao STF foi apresentado por Renan

Calheiros (PMDB-AL). O presidente do Senado está na lista de suspeitos da Lava Jato.

O senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC), ex-governador de Santa Catarina, pediu ao STJ a extinção de um processo por improbidade. Relator, o catarinense Zavascki não extinguiu a ação.

Zavascki acolheu o recurso do juiz Sergio Moro e reviu a decisão de mandar Paulo Roberto Costa de volta para a cadeia, o que viabilizou a delação do ex-diretor da Petrobras e o avanço da investigação.

Um doleiro do caso Banestado pediu ao STF o afastamento de Moro, alegando parcialidade. Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello consideraram fato "gravíssimo" o monitoramento de advogados autorizado pelo juiz. Já Zavascki entendeu que a medida era necessária para "tornar exequível uma ordem de prisão".

Ele votou pelo compartilhamento de provas entre o Brasil e a Rússia nas investigações sobre o empresário Bóris Berezovsky e o Corinthians. A decisão é considerada um paradigma em cooperação internacional.

Embora ainda não haja posição firmada na Corte, votou pela competência do STF para julgar atos de improbidade de agentes políticos.

Um filho de Zavascki questionou critérios de concurso para juiz federal. Até hoje, Zavascki se declara impedido para julgar ações do advogado que ganhou a causa.

Zavascki é jurista na área de processo civil e tributário.

Não é criminalista. Quem supervisiona os inquiridos e ações penais é o juiz auxiliar Márcio Schiefler Fontes, um catarinense que também não vem da área criminal. Fontes é tido como competente até por juízes especializados em crimes financeiros.

O desembargador aposentado do TRF-4 Manoel Lauro Volkmer de Castilho é um dos assessores de Zavascki. Ele é casado com a vice-procuradora-geral da República Ela Wiecko de Castilho, que disputou o cargo de procurador-geral da República com apoio de parlamentares do PT.

Zavascki decide as liminares em 15 dias e publica seus acórdãos em 23 dias, bem abaixo da média, segundo a FGV Direito Rio.

Segundo a ONG Transparência Brasil, a expectativa de resolução de seus processos é de 34 semanas, superada somente pela de Celso de Mello (31 semanas).

Descendente de poloneses e italianos, Zavascki nasceu em 1948 em Faxinal dos Guedes, no oeste de Santa Catarina.

Ali, é recebido pelo prefeito, Edegar Giordani (PSD), amigo de infância. Giordani prepara carne de ovelha no espeto, num galpão que leva o nome do ministro.

CONTINUA

15 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Depois de um casamento de muitos anos, Zavascki apaixonou-se por uma aluna. Separou-se e casou com a juíza federal Maria Helena Marques de Castro Zavascki. Em agosto de 2013, ela morreu de câncer. O ministro separou o drama pessoal do trabalho, mas ficou mais reservado.

Zavascki estudou em seminário, em Chapecó (SC). Mudou-se para Porto Alegre, onde se formou em direito. Dividiu escritório de advocacia com Paulo Odone, ex-presidente do Grêmio, clube do qual foi conselheiro.

Em 1979, Zavascki foi aprovado nos concursos para juiz federal e consultor jurídico do Estado. Preferiu continuar advogado do Banco Central. Entraria na magistratura dez anos depois, no TRF da 4ª Região, na vaga da advocacia.

14 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Desembargador Investigado se aposenta

Armando Sérgio de Toledo, do TJ-SP, é suspeito de retardar ação penal contra deputado estadual Barros Munhoz

Toledo poderia permanecer no cargo por mais 11 anos; ele e seu advogado não se manifestaram

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

O desembargador Armando Sérgio Prado de Toledo, 59, do Tribunal de Justiça de São Paulo, requereu aposentadoria. Ele é investigado no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), suspeito de haver retardado por mais de três anos uma ação penal contra o deputado estadual e ex-presidente da Assembleia Legislativa Barros Munhoz (PSDB) para beneficiar o parlamentar paulista.

Reportagem da **Folha** revelou em 17 de fevereiro a suposição de uma rede de proteção para blindar Toledo.

A aposentadoria foi concedida no último dia 11 pelo presidente do TJ-SP, desembargador Renato Nalini. Toledo poderia permanecer no cargo por mais 11 anos.

O conselheiro Gilberto Valente Martins, do CNJ, diz que a decisão não extingue a responsabilidade administrativa. "A aposentadoria voluntária pode ser convertida em compulsória, e o Ministério Público pode mover ação de perda do cargo e da aposentadoria", diz Martins.

Barros Munhoz é suspeito de desviar dinheiro público quando era prefeito de Itapira (SP), entre 1997 e 2004. Os

66 O Ministério Público pode mover ação de perda do cargo e da aposentadoria

GILBERTO VALENTE MARTINS
conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, sobre a aposentadoria voluntária do desembargador Armando Sérgio Prado de Toledo

crimes de formação de quadrilha, fraude à licitação e omissão de informações ao Ministério Público prescreveram enquanto o processo estava com Toledo. Munhoz ainda responde ação penal por suposta apropriação e desvio de bens e rendas públicas por 33 vezes.

Toledo era diretor de Assuntos Legislativos da Associação Paulista dos Magistrados (Apamagis) e tratava de interesses do tribunal junto a órgãos públicos.

Um procedimento interno foi arquivado pelo então presidente do TJ-SP, desembargador Ivan Sartori, que não viu "irregularidade capaz de gerar aposentadoria compulsória ou disponibilidade, únicas penas a que estão sujeitos os desembargadores".

Em junho de 2013, o então corregedor do CNJ, ministro Francisco Falcão, intimou Toledo para julgamento. A reclamação só entraria em pauta um ano depois, por decisão da corregedora Nancy Andrighi.

O julgamento foi marcado para 18 de novembro de 2014, mas a defesa de Toledo juntou, no dia da sessão, documentação volumosa, o que levou Andrighi a retirar a reclamação da pauta.

Dois dias depois da reportagem da **Folha**, Andrighi mandou incluir novamente a reclamação na pauta. Cabe ao presidente do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski, colocar o processo em julgamento.

Toledo e seu advogado, Alberto Pavie Ribeiro, não se manifestaram.

14 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

COMO FUNCIONA O FIES

Criado em 1999, programa federal financia alunos de faculdades privadas

1 TAXA DE JUROS

Estudante acessa sistema on-line e pede financiamento a uma taxa de juros de 3,4% ao ano

2 PAGAMENTO

A quitação do empréstimo deve ocorrer em até três vezes o tempo do curso, acrescido de 12 meses

3 RENDA

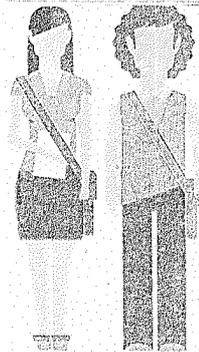
Financiamento varia de 50% a 100%, a depender da renda familiar mensal bruta* do estudante

4 CONTRATOS

De 23.fev a 30.abr é o período para propostas de novos contratos de financiamento

O Pravalter, um dos principais financiamentos privados, tem juros de até 2,2% ao mês

*Limite é de 20 salários mínimos (R\$ 15.760)



COMO É FEITO O PEDIDO DE FINANCIAMENTO

Inscrição

Estudante deve acessar o sistema on-line (SisFIES) e informar dados pessoais e do curso solicitado

Validação

Em até dez dias, aluno deve comparecer à Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) da faculdade

Contrato

Feito em agência bancária credenciada pelo Fies (Caixa ou Banco do Brasil), conforme definido na inscrição

1,9 milhão de estudantes foram financiados entre 2010 e 2014

Justiça suspende trava no repasse do Fies

Liminar garante contratos de financiamento estudantil mesmo que reajuste da mensalidade tenha superado 6,4%

Outra decisão judicial determinou pagamento de parcelas atrasadas de dezembro; Fazenda liberou R\$ 376 milhões

FLÁVIA FOREQUE
DE BRASÍLIA

O Ministério da Educação vai ter que autorizar contratos do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) para cursos que tiveram reajuste na mensalidade acima de 6,4%.

É o que prevê decisão liminar da Justiça Federal do Distrito Federal, que atendeu pedido da Fenep (federação das escolas particulares). A medida beneficia 1.500 instituições de ensino filiadas à entidade, em 19 Estados. O MEC informou que vai recorrer.

“No fundo, isso vai acabar se estendendo para todo

mundo, porque as outras [faculdades] vão pedir isonomia”, disse Amábele Pacios, presidente da federação.

Outra decisão judicial determinou o pagamento de parcelas atrasadas do programa, referentes a dezembro.

“Não pode o governo deixar de pagar por serviço já prestado satisfatoriamente, no prazo estipulado”, diz a juíza Sabrina Azevedo, da 23ª Vara da Justiça Federal do DF, em decisão da segunda (9).

A medida tinha validade para um grupo limitado de instituições que ingressou na Justiça. Quatro dias depois, o Ministério da Fazenda informou ter liberado R\$ 376,2 milhões para as escolas que participam do Fies. O valor deverá ser usado para quitar tributos federais.

Foi a segunda liberação de verba do programa neste ano.

Em janeiro, o repasse foi de R\$ 84 milhões. No ano passado, o orçamento do Fies foi de R\$ 13,7 bilhões.

Em nota, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) informou que os recursos estarão disponíveis “nos próximos dias”. “Não há pendências financeiras do Fies no momento”, informou a assessoria do órgão, vinculado ao MEC.

CONTINUA

14 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O REPASSE

Como o governo paga as instituições



Títulos

Para bancar o programa, o governo lança títulos da dívida pública, que são entregues às empresas mantenedoras do setor



Recompra

As empresas podem usar os papéis no pagamento de tributos ou vendê-los para levantar dinheiro



Dívidas

Para recomprar os títulos, o governo faz novas dívidas com o mercado, a juros bem superiores aos cobrados dos estudantes

R\$ 13,7 bilhões

foi o valor gasto pelo governo federal com o Fies em 2014

14 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Processo esperado

Dilma sancionará novo CPC na segunda-feira; espera-se que use poder de veto para eliminar artigos que distorcem o conjunto

Em uma cerimônia bastante esperada por advogados e juizes, a presidente Dilma Rousseff (PT) sancionará na segunda-feira (16) o projeto de lei que institui o novo Código de Processo Civil (CPC) do país.

Seus mais de mil artigos constituem o principal conjunto de regras sobre procedimentos na Justiça. Exceção feita aos ritos da esfera penal, todos os passos de um processo judicial são regulados por esse compêndio, do direito civil ao tributário, passando pelas áreas trabalhista e comercial, entre outras.

Natural, portanto, a expectativa em torno da assinatura de Dilma. Uma vez publicado, o novo CPC demorará um ano para entrar em vigor. Só então deixarão de valer as atuais normas para prazos e recursos, petições e sentenças, editadas em 1973, na ditadura militar.

Se poucos discordam de que era preciso atualizar o código, sobretudo para tornar o Poder Judiciário mais célere, nem por isso existe consenso sobre o documento aprovado pelo Congresso.

Dada a extensão do projeto, talvez fosse mesmo impossível que passasse sem divergências, e estas ajudam a explicar por que tantas atenções se voltam para a sanção presidencial —ou para os vetos.

Enquanto a Ordem dos Advogados do Brasil defende a aprovação na íntegra do novo CPC, entida-

des de juizes pedem a supressão de alguns dispositivos. A discordância, em certos casos, resume-se a uma questão de perspectiva. Em outros, porém, está em jogo o próprio espírito de celeridade que em tese anima o código.

O melhor exemplo disso está no artigo 937, VII, que assegura 15 minutos a cada uma das partes para apresentar seus argumentos em todos os agravos (um tipo de recurso) no Supremo Tribunal Federal. Se tal inciso não for vetado por Dilma, o STF não ficará mais ágil; ao contrário, vai emperrar.

De acordo com Ivar Hartmann, coordenador do projeto Supremo em Números, da FGV Direito Rio, têm chegado à corte, em média, 9.402 agravos por ano. Se apenas uma das partes usar seus 15 minutos, a prática consumirá nada menos que 2.350 horas anuais.

No entanto, levando-se em conta a quantidade normal de sessões do STF, com exclusão de recessos e feriados, o STF realiza em média 672 horas anuais de julgamento.

Ou seja, nesse cálculo otimista, em que uma das partes se dispensa de falar perante os ministros, e sem considerar eventual crescimento no número de recursos, o STF levará três anos e meio para ouvir explicações referentes aos agravos impetrados ao longo de um ano.

Espera-se que, ao vetar ou manter artigos no Código de Processo Civil, Dilma Rousseff tenha em mente aspectos objetivos como esse. Não se trata de atender demandas subjetivas ou classistas, mas de impedir que dispositivos traiçoeiros distorçam o conjunto de normas.

14 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Assassínio de códigos

LUÍS FRANCISCO CARVALHO FILHO

Não é a primeira vez que valores 'politicamente corretos' corrompem a igualdade jurídica

HOMICÍDIO É “matar alguém”. A definição é perfeita.

Como prometeu no pronunciamento de domingo, a presidente Dilma sancionou lei que cria categoria própria de homicídio qualificado, punido com até 30 anos de reclusão: o assassinio de mulheres (feminicídio), por razões de gênero, elevado a crime hediondo.

Para o governo e para o Congresso, é agenda positiva em meio a um turbilhão de más notícias e desmoronamento. Como tem aparência progressista, agrada aliados e inibe críticos.

Mas é um desastre técnico. Conspira contra o equilíbrio, a equidade e a lógica do Código Penal. Conservadores ou liberais, códigos deveriam ser estrategicamente reformados, não mutilados por alterações irracionais, desconexas.

A ineficácia foi percebida pelo editorial exato da *Folha*. O preconceito de jurados e juizes — que ainda permite a impunidade do homicídio contra a mulher em redutos atrasados — não desaparece por toque de mágica. Vai se abrigar em jurisprudência reacionária formada em torno da aplicabilidade da própria norma. A redução de violência contra a mulher depende de outras políticas públicas.

A partir de agora, homem que matar mulher por razões de gênero (por envolver “violência doméstica”, “menosprezo” e “discriminação”) tem tratamento, em tese, mais drástico do que o dado à mulher que matar homem pelas mesmas razões. Sim, as duas hipóteses são previsíveis no horizonte humano, ainda que

homens matem mais mulheres do que mulheres matam homens.

A lei aumenta a pena quando o delito contra a mulher se dá “nos três meses posteriores ao parto”. Difícil compreender por que o crime seria mais grave do que o praticado após o quarto mês do nascimento.

Não faz sentido compartimentar o “alguém” do artigo 121 em razão da vulnerabilidade da vítima. Violentaram o princípio da universalidade do homicídio abrindo caminho para outras “demandas” semelhantes.

Matar homem não é menos grave do que matar mulher. Matar índio ou negro não é mais grave do que matar branco. Matar pobre não é mais grave do que matar rico. Matar criança não é mais grave do que matar adulto. Matar policial não é mais grave do que matar preso. E vice-versa.

No Brasil, a pena é maior (homicídio qualificado) em razão do motivo (fútil, torpe), do meio empregado (asfixia, tortura), dos modos de execução (traição, emboscada) ou do fim (ocultar outro crime, assegurar a impunidade). O crime por menosprezo de gênero (ou raça) não precisa ser particularizado.

Não é a primeira vez que valores “politicamente corretos” corrompem a igualdade jurídica. A pena de injúria é mais severa (três anos de prisão) quando envolve raça, cor, etnia, religião ou origem. E a orientação sexual? Ou a ofensa a homossexuais não merece agravamento?

O Código Penal abriga uma coleção de incongruências. Xingar um senador de 60 anos de “corrupto, ladrão” pode resultar em pena de

um a seis meses, com um terço de aumento; para quem chamá-lo de “velho safado, gagá”, a condenação pode alcançar três anos.

Dirão que as mexidas no Código Penal não têm importância diante das gigantescas dificuldades que o país atravessa na economia, na governança e no bem-estar. É que demagogia também atrapalha.

14 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Ministro do STF aceita pedido de investigação sobre senador do PSB

DE BRASÍLIA - O ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki aceitou nesta sexta (13) pedido do Ministério Público para apurar se o senador Fernando Bezerra (PSB-PE) está envolvido com o esquema de corrupção na Petrobras.

Segundo depoimento do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, Bezerra teria procurado integrantes do esquema para viabilizar, em 2010, recursos para a campanha à reeleição do então governador Eduardo Campos (PSB-PE), morto no ano passado.

O delator disse que posteriormente soube, pelo doleiro Alberto Youssef, que R\$ 20 milhões teriam sido entregues à campanha do pessebista.

Na quinta-feira (12), Bezerra afirmou, em nota, que em 2010 não ocupou nenhuma coordenação na campanha de Campos, que não conhece e nem teve contato com Youssef e que teve contatos "estritamente institucionais" com Costa.

Na nota, o senador diz que irá provar sua inocência.

MÔNICA BERGAMO

O jornalista Régis de Oliveira lança na segunda (16), na Faculdade de Direito da USP, curso sobre o direito financeiro e o Estado.

14 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Funcionários de Justus não atuavam para a Assembleia

Denúncia do MP aponta que um arranjava bolas e camisas para jogos de futebol, enquanto outro fazia marketing pessoal do parlamentar

Katia Brembatti

Depoimentos prestados ao Ministério Público (MP) reforçaram os indícios de que a rede de funcionários montada pelo deputado estadual Nelson Justus (DEM) — na época em que ocupou a presidência da Assembleia Legislativa do Paraná, entre 2007 e 2010 — não tinha a função de prestar serviços públicos. Questionados pelos promotores que investigaram o caso, um servidor disse que “arranjava bolas e camisas para jogos de futebol”. Outro afirmou que fazia o “marketing pessoal do deputado”. Houve ainda quem não soube definir qual trabalho prestava. As informações estão na ação criminal que o Ministério Público ajuizou contra Justus e mais 31 pessoas, obtida com exclusividade pela RPC e divulgadas no telejornal ParanáTV na noite desta sexta-feira (13).

Entre os depoimentos que mais chamam a atenção está o de uma professora que

afirmou que seu trabalho consistia em organizar eventos em busca de votos para Nelson Justus (veja frase ao lado). “Serviço” parecido tinha Jurandir Yamagami, que foi prefeito de Abatiá, no Norte Pioneiro, entre 1993 e 1996. Ele foi contratado como funcionário comissionado no gabinete da Presidência por sete meses — entre 2009 e 2010. Yamagami afirmou que, como o prazo em que atuou foi curto, praticamente “não deu para fazer nada”. Já a situação da cabeleireira Tereza Alves foi mostrada na série Diários Secreto, divulgada pela Gazeta do Povo e pela RPTV em 2010. Procurada pela reportagem, na época ela não soube dizer que trabalho realizava para a Assembleia.

A ação criminal aponta que os cargos da Presidência da Assembleia deveriam ser destinados a serviços administrativos, prestados no prédio do Legislativo, e não poderiam ser exercidos por agentes políticos.

O deputado Nelson Justus não foi encontrado em seu gabinete nem por telefone para falar sobre o assunto. Já Jurandir Yamagami reconheceu, por telefone, que era agente político do parlamentar.

“Não trabalhou nem para o gabinete do deputado Nelson Justus nem para a presidência da Assembleia Legislativa. Que em verdade foi contratada com a finalidade de organizar eventos – cafés da manhã – no bairro da depoente e arredores, com o objetivo de arrecadar votos para o deputado Nelson Justus.”

Professora e ex-servidora da Assembleia, em depoimento ao MP.

CONTINUA

14 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DENÚNCIAS EM SÉRIE

Conheça detalhes das ilegalidades apontadas pelo MP e que vieram a público agora:

- A Presidência, na época de Justus, chegou a ter dez vezes mais funcionários contratados acima do limite permitido. O custo mensal do gabinete com folha de pagamento passou de R\$ 83 mil para até R\$ 1 milhão.
- Homem de confiança de Nelson Justus, Luis Alexandre Barbosa chegou a fazer, num único dia, 17 saques de contas correntes distintas, no prazo de quatro minutos, totalizando R\$ 88 mil.
- Um caixa bancário reconheceu, em depoimento, que, depois de proibir que Luis Alexandre Barbosa movimentasse contas em nome de outros servidores, muitos funcionários sacavam o salário e entregavam para Barbosa ainda na porta do banco.
- Todas as informações constam da ação criminal contra Justus proposta pelo MP ao Tribunal de Justiça do Paraná.

14 MAR 2015

GAZETA DO POVO

» FINANCIAMENTO ESTUDANTIL

Cai "trava" do limite de reajuste no Fies

Graças a liminar da Justiça, instituições que aumentaram suas mensalidades acima de 6,4% poderão participar do programa. Custo excedente, porém, ficará a cargo de alunos

Carolina Pompeo

▶ A Justiça Federal de Brasília suspendeu em caráter liminar a determinação do Ministério da Educação (MEC) que restringia a participação das Instituições de Ensino Superior (IES) no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) àquelas que reajustaram suas mensalidades até 6,4% (inflação oficial de 2014).

Com a suspensão da "trava" imposta pelo MEC, todas as IES interessadas poderão aderir ao Fies, mesmo aquelas cujos reajustes superaram 6,4%. Após notificação, caberá ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) implementar o funcionamento do SisFies, sistema informatizado do fundo, sem as restrições de valores mínimos (4,5%) e máximos (6,4%). A decisão engloba renovações e aditivos aos contratos de financiamento.

A liminar da 7.ª Vara Cível da Justiça Federal de Brasília concedida na última segunda-feira, mas divulgada apenas na quinta-feira, responde

ao mandado de segurança impetrado pela Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep). O MEC informou que deve recorrer da decisão.

De acordo com Jacir Venturi, presidente do Sindicato das Escolas Particulares do Paraná (Sinepe-PR), a inflação não é o indexador do setor. "O teto de 6,41% é apenas um índice de inflação; mas a inflação da educação é superior porque considera a incorporação contínua de novas tecnologias, atualização de corpo docente, manutenção da segurança e infraestrutura. Consideramos a nossa inflação superior a 8%. A lei de Mensalidades Escolares estabelece que as IES não precisam seguir o índice de inflação desde que apresentem planilha justificando o reajuste superior à inflação."

Excedente

A suspensão do limite de reajuste das mensalidades não significa que o Fies cobrirá semestralidades cujos reajustes foram superiores a 6,41%; significa apenas que as IES que praticaram tais reajustes poderão participar do sistema de financiamento. Ou seja, o fim da "trava" ainda não resolve outro problema enfrentando por alguns estudantes: o pagamento do valor excedente ao total financiado pelo governo.

Na última semana, muitos candidatos ao Fies foram avisados de que o valor da semestralidade informado no momento do cadastro ultrapassava o valor passível de finan-

ciamento. Nesses casos, algumas IES já haviam aderido ao chamado contrato aditivo da diferença — compromisso firmado entre instituição e estudante para o pagamento do valor não coberto pelo financiamento.

Segundo Venturi, a adoção do contrato aditivo da diferença tem base legal. "A diferença entre o que o governo financia e o valor total da semestralidade deve ser cobrada para que haja isonomia entre as mensalidades". A desaprovação do MEC em relação à prática teria ficado restrita às negociações entre governo e sindicato.

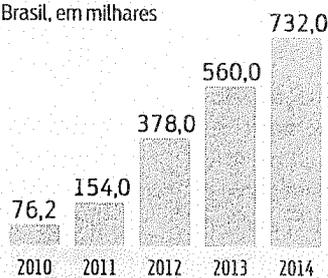
A *Gazeta do Povo* não conseguiu retorno do FNDE sobre o assunto.

CONTINUA

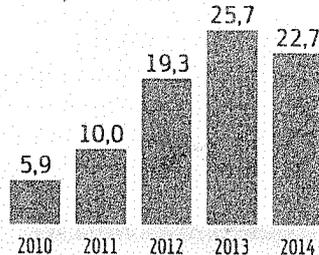
Entre 2010 e 2014, o Fies somou 1,9 milhão de estudantes financiados em todo o Brasil. O governo já anunciou que a renovação desses contratos está garantida. No Paraná, atualmente cerca de 320 mil pessoas estudam em instituições de ensino superior particulares — 83,6 mil são financiados.

EVOLUÇÃO

Brasil, em milhares



Paraná, em milhares



ENTENDA O FIES

O Ministério da Educação (MEC) divulgou no fim de 2014 as Portarias Normativas 21 e 23, que estabeleceram alterações no funcionamento do fundo de financiamento estudantil. Veja o que mudou na hora de solicitar o financiamento:

	COMO ERA	COMO FICOU
Prazos 	Pedidos de financiamento podiam ser feitos em qualquer período do ano.	Agora, há um prazo: a solicitação deve ser feita entre 23 de fevereiro e 30 de abril. Estudantes que perderem o prazo terão de aguardar até o segundo semestre para novo pedido.
Beneficiários 	Todos os alunos aprovados em vestibular de instituição de ensino conveniada do programa podia se candidatar ao financiamento.	A partir de 30 de março, somente aqueles alunos que somaram um mínimo de 450 pontos nas provas objetivas e nota superior a zero na prova de redação do Enem.
Acúmulo de bolsas 	Estudantes que cursassem duas graduações poderiam ser bolsistas do Prouni e obter um Fies para bancar outra graduação na mesma ou em outra faculdade.	Agora, o estudante só pode ser beneficiário do Prouni e do Fies ao mesmo tempo se a bolsa do Prouni for parcial e se o Fies for destinado ao pagamento do restante da mensalidade desse mesmo curso.
Redução de parcelas 	As Instituições de Ensino Superior (IES) participantes do programa recebiam o pagamento do Fies em 12 parcelas.	O fluxo de pagamentos foi reduzido para 8 parcelas.
Atendimento 	O MEC exigia que as graduações contempladas pelo financiamento tivessem nota mínima 3 no Conceito Preliminar de Curso (CPC), um indicador de qualidade dos cursos.	A partir de 2015, apenas os cursos com nota 5 (pontuação máxima) serão plenamente atendidos. Financiamentos de graduações com notas 3 ou 4 serão restritos.

De 2013 para 2014, a ampliação da comunidade estudantil beneficiada pelo Fies deu um salto de **15%** para **26%**. No ano passado, o programa custou aos cofres do governo federal **R\$ 13,7 bilhões**.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

14 MAR 2015

ORÇAMENTO

União retém R\$ 1,7 bi da educação e atinge o Fies e o Pronatec

| *Estadão Conteúdo*

O represamento de recursos públicos para que o Ministério da Fazenda possa organizar as contas tem provocado forte impacto na educação. Em janeiro e fevereiro, a União segurou cerca de R\$ 1,7 bilhão do setor. O levantamento foi feito pelo economista Mansueto Almeida.

Pouco mais de R\$ 1 bilhão foi retido do Fies e outros R\$ 464 milhões do Pronatec. Quando comparado ao mesmo período do ano passado, as quedas na transferência foram de 50% e 58%, respectivamente. Instituições privadas de ensino já haviam indicado atrasos de valores do Pronatec e do Fies. No Fies, houve restrições para novos contratos e mudança no fluxo de pagamento.

ATRASOS

Ainda ontem, o MEC liberou R\$ 376,2 milhões para pagar os repasses atrasados, dos meses de novembro e dezembro de 2014, às instituições de ensino superior. A portaria que autorizou o repasse foi publicada nesta sexta-feira no DOU, quatro dias depois de a Justiça determinar – na mesma ação da “trava de reajuste” – o cumprimento do cronograma do programa, sob pena de multa diária.

As universidades federais perderam R\$ 173 milhões – queda de 34% – do dinheiro que é dirigido ao “funcionamento de instituições”. Outros R\$ 53 milhões – corte de 33% – foram retidos dos investimentos em “reestruturação e expansão”. A interferência da Fazenda no MEC já era esperada, segundo Mansueto. “Mexeram em benefícios sociais, como o seguro-desemprego, restringiram investimentos em infraestrutura e precisam reduzir os gastos fixos do Estado. Uma hora chegaria na educação.”

Os chamados gastos de custeio impactam a capacidade de o governo poupar. Em linguagem técnica, impedem que seja feito o superávit primário. O Fies, por sua vez, engorda a dívida pública. Segundo Mansueto, a educação deve ser prioridade, mas precisa de planejamento. “Todo mundo sabia, por exemplo, que o Fies precisava de ajuste, não havia controle nenhum.”

JUSTIÇA

Há outras ações contra as modificações no programa

Além da ação que resultou na liminar extinguindo a limitação de reajuste de mensalidades, há ainda outras ações em curso movidas pela Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) para discutir as Portarias Normativas 21 e 23 de 2014. De acordo com o advogado da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) e do Sindicato das Escolas Particulares do Paraná (Sinepe-PR), Diego Muñoz Donoso, entre os pontos de maior divergência entre governo e entidades de classe representativas do Ensino Superior estão a exigência de pontuação mínima de 450 pontos no Enem e nota superior a zero na redação para contratos firmados a partir de 30 de março; a quebra da isonomia para o pagamento de instituições com mais de 20 mil contratos e com menos de 20 mil contratos; a limitação do valor de recompra e expedição de certificados. (CP)

CONTINUA

14 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Erros no cadastro do programa ainda perturbam estudantes

Willian Bressan

Universitários de Curitiba e de todo o país continuam enfrentando problemas ao tentar renovar ou firmar novos contratos no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Como as mensagens de erros não são claras, eles procuram as instituições de ensino, que afirmam que o problema é do governo e orientam os alunos a aguardar a solução do sistema de cadastro, ainda sem previsão. Segundo o Ministério da Educação (MEC), está havendo uma sobrecarga no sistema de inscrição pela internet, o que tem dificultado a conclusão do processo de inscrição.

O temido erro “no momento não há disponibilidade de financiamento na IES/Local de Oferta selecionado” é um dos mais relatados pelos estudantes. Em um grupo no Facebook, eles reclamam que não recebem uma resposta concreta do MEC ou da

instituição de ensino em que estudam.

A acadêmica de Medicina Veterinária da Universidade Tuiuti do Paraná Isabela Simon conta que o problema começa logo ao entrar no site. “Mal saí do campo onde coloco o CPF e aparece o erro que o limite da instituição tinha excedido”, conta Isabela, que foi pessoalmente à universidade verificar o que estava ocorrendo. “Entreguei meus documentos e me pediram para esperar. Um dia depois, recebi uma ligação que o governo havia liberado somente um valor específico para a faculdade e que eu teria que mudar o valor da semestralidade para poder dar continuidade ao processo. Porém, estou há dois dias tentando sem sucesso mudar isso pelo site”, reclama. A aluna ainda relata que a grande maioria dos alunos não estaria pagando nenhuma mensalidade e está apreensiva, uma vez que eles não sabem o que vai acontecer se o

cadastro não for finalizado com sucesso.

A Tuiuti informou que a orientação dada aos alunos com problema no Fies é de aguardar, pois o problema é no sistema do governo. A Universidade Positivo informou que tem recebido com atenção todos os estudantes que a procuram sobre os problemas no Fies, explicando como funciona todo o processo e oferecendo computadores na própria instituição para o cadastro. “Entretanto, uma vez que a contratação e aditamento dos contratos de Fies são realizados exclusivamente através do SisFIES, a UP não se posiciona com relação a possíveis problemas no sistema”, explicou a instituição em nota.

Na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), o primeiro lote para novos contratos do Fies foi liberado no dia 24 de janeiro. Os estudantes que relataram lentidão no sistema do Ministério da Educação (MEC) foram orientados a realizar o procedimento novamente em horários alternativos, segundo a instituição.

A reportagem questionou o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ensino (FNDE), responsável pelo Fies, sobre o desencontro de informações, mas não obteve resposta.

14 MAR 2015

GAZETA DO POVO

BESSA

Entre mortos e feridos...

A eleição da nova diretoria do Jockey Club do Paraná, que ocorre hoje, se dá em clima tenso nos bastidores das duas chapas, Turfe Forte, de situação, e Reconstruir, de oposição. Os opositoristas comemoram a decisão proferida ontem pelo desembargador Vítor Roberto Silva, da 18ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, que determina que os eleitores cujos nomes não constem da lista da eleição anterior (2011) apresentem a carteira de sócio ou o título de sócio, com data de admissão anterior a 14 de março de 2014, acompanhada de documento oficial de identificação.

...

A medida decorreu do agravo de instrumento interposto pelo candidato Paulo Pelanda, da chapa Reconstruir.

14 MAR 2015

GAZETA DO POVO

OAB faz seminário sobre gênero

¶ Na próxima segunda-feira, 16 de março, das 8h30 às 12 horas, no edifício-sede do MP-PR, em Curitiba, será realizado o seminário “Aspectos práticos do enfrentamento à violência de gênero: causas e origens da violência contra a mulher”. O evento trará a Curitiba a pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz, Maria Cecília de Souza Minayo. A socióloga, que é doutora em Saúde Pública, apresentará estudos científicos que relacionam os atuais padrões de masculinidade à violência, especialmente contra a mulher.

O evento é promovido pelo Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero (Nupige), do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos do MP-PR, com o apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf). Ele integra também as ações do MP-PR para o mês em que se celebra o Dia Internacional da Mulher (8 de março).

Segundo dados do MP-PR, a partir de inquéritos relacionados à Lei Maria da Penha, sabe-se que cinco mil casos de violência doméstica contra as mulheres foram registrados no Paraná, no último semestre de 2014 — em uma média de 27 agressões por dia.

14 MAR 2015

GAZETA DO POVO

MP ajuíza nova ação contra a usina de Baixo Iguaçu

Dois dias depois de o Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF4), em Porto Alegre, autorizar a retomada das obras da usina de Baixo Iguaçu, no Sudoeste do Paraná, o Ministério Público Federal (MPF) de Francisco Beltrão ajuizou uma nova ação pedindo outra vez a anulação do licenciamento ambiental da hidrelétrica.

O MPF argumenta na ação civil pública com pedido de liminar que a autorização foi concedida pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) sem o cumprimento de 13 condições estabelecidas pelo próprio órgão através de nota técnica. A ação foi ajuizada contra o ICMBio, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e a empresa Geração Céu Azul S.A, responsável pelo empreendimento.

A usina de Baixo Iguaçu está prevista para ser instalada no Rio Iguaçu, entre os municípios de Capitão Leônidas Marques e Capanema, em área próxima ao Parque Nacional do Iguaçu, considerado Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas

para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e que é administrado pelo ICMBio. O projeto da usina prevê uma capacidade de geração de energia de 350 megawatts (MW) e o alagamento de uma área de 1.359 hectares.

Obras paradas

As obras estão interrompidas desde junho de 2014 por uma liminar do TRF4, que foi derrubada na última terça-feira (10) após o Instituto Chico Mendes ter dado nova anuência ao empreendimento no dia 8 de janeiro deste ano, impondo novas condicionantes.

GAZETA DO POVO

Toffoli e a LavaJato

14 MAR 2015

A transferência do ministro para a turma do STF responsável por eventuais julgamentos do petrolão é absolutamente legal, mas causa turbulência desnecessária

Em 2009, com o julgamento do mensalão já em andamento, o então presidente Lula indicou para o Supremo Tribunal Federal o advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli. Apesar de reprovado duas vezes em concursos para juiz substituto em São Paulo, Toffoli tinha no currículo os cargos de assessor jurídico da liderança do PT em Brasília, entre 1992 e 2000. Foi advogado do PT nas campanhas presidenciais de 1998, 2002 e 2006. E trabalhou na Casa Civil, como subordinado de José Dirceu (um dos réus no julgamento do mensalão), entre 2003 e 2005. Todas essas ligações deveriam ter levado Toffoli a se declarar impedido de julgar o mensalão. Ele não o fez, e o resultado todos sabem: ele ajudou a criar as circunstâncias que culminaram no abrandamento das penas do núcleo político do esquema. Agora, ele se encontra no meio de outra controvérsia, desta vez em relação a um eventual julgamento dos investigados pela Operação Lava Jato.

Ao contrário do que ocorreu no mensalão, quando todos os ministros participaram do julgamento, os detentores de foro privilegiado que acabarem julgados o serão pela 2.^a Turma da corte (com exceção dos presidentes do Senado e da Câmara, que teriam seus casos analisados pelo plenário). Ocorre que a presidente Dilma Rousseff, em uma omissão muito criticada, ainda não nomeou um ministro para ocupar a vaga de Joaquim Barbosa, que deixou o STF em julho do ano passado. Assim, a 2.^a Turma está com um número par de integrantes (Gilmar Mendes, Teori Zavascki, Celso de Mello e Cármen Lúcia), o que poderia levar a empates em um eventual julgamento, beneficiando os réus. Para contornar a demora presidencial — que o decano Celso de Mello chamou, em fevereiro, de “irrazoável e até mesmo abusiva” —, Mendes sugeriu que um dos ministros da 1.^a Turma se transferisse para a 2.^a.

Houve quem interpretasse a sugestão como uma tentativa de evitar que a última vaga da turma acabasse nas mãos de um novo ministro indicado a dedo por Dilma com a função de livrar petistas em um eventual julgamento. Mas, se foi essa a intenção, o resultado não saiu a contento. No caso de transferências entre turmas, as regras do STF dão prioridade aos membros mais antigos. Assim, a preferência para migrar da 1.^a para a 2.^a Turma era de Marco Aurélio Mello, mas ele recusou a oferta. O segundo na lista era justamente Dias Toffoli, que pediu a mudança, aceita pelo presidente da corte, Ricardo Lewandowski.

Em defesa de Toffoli, pode-se dizer que a ideia não foi sua, e que ele meramente aproveitou a oportunidade que lhe foi apresentada. Mas apenas isso. Suas fortíssimas ligações com o PT tornariam altamente recomendável que, no caso de um julgamento resultante das investigações da Lava Jato, ele se declarasse impedido, o que deixaria novamente a 2.^a Turma com quatro ministros e o mesmo problema apontado por Mendes, mas desta vez sem solução rápida. Melhor mesmo seria que Toffoli tivesse, como Marco Aurélio, optado permanecer onde estava, deixando a possibilidade de uma transferência para Luiz Fux, Rosa Weber ou Luís Roberto Barroso.

A transferência fica ainda mais polêmica quando se sabe que Toffoli entra na posição de suceder Teori Zavascki na presidência da turma, em maio. Embora Zavascki permaneça como relator do processo da Lava Jato — responsável, por exemplo, por autorizar escutas e quebras de sigilo —, cabe ao presidente conduzir o julgamento. É uma posição importante demais para ser ocupada por alguém cuja atuação será analisada sob a sombra de seu passado de militância partidária. Agora, só se pode esperar que Toffoli pautue suas ações pela lisura esperada de um ministro do Supremo, mas não há como negar que sua atitude, ao pedir a transferência de turma, criou uma turbulência totalmente desnecessária diante da gravidade da situação atual.

GAZETA DO POVO

ALBERTO DINES

Os perigos do esquecimento

14 MAR 2015

Fardo que nem todos carregam com a mesma facilidade, o tempo é difícil de gerir. Passado desconhecido e um futuro vago, marcado por profecias exageradamente promissoras. Acostumado a ser eternamente jovem, com a memória zerada, o país enterrou nos arquivos os acontecimentos de 50 ou 51 anos atrás. Mesmo três décadas constituem um intervalo de tempo excessivo. Especialmente numa sociedade avessa às angústias e desatenta às tragédias que rondam nas esquinas.

A sexta-feira 13 de março, além de aziaga para os supersticiosos e os tementes das bruxas, nos remete ao calendário de 1964, quando o governo Jango Goulart, empolgado pelo espírito do "manda brasa, presidente", organizou um comício-monstro em frente à gare da Central do Brasil, no Rio, para anunciar as primeiras reformas de base, por decreto, na marra. Os endiabrados Idos de Março dramatizados por Shakespeare em *Júlio César* estavam soltos. Dezoito dias depois, a quartelada e a sangrenta ditadura.

Exatos 21 anos depois, marcada para 15 de março de 1985, foi suspensa a posse de Tancredo Neves, o primeiro presidente civil depois de cinco generais e uma junta militar. Novamente em cena, os Idos de Março não queriam festas: uma cirurgia de emergência e, depois, a impiedosa morte impuseram a posse do vice, José Sarney. Começava a Nova República, consagrada em seguida pela Constituição Cidadã de 1988.

Os organizadores das duas manifestações (a de sexta e a de domingo), talvez ignorando fatos, mitos e a dialética das repetições, ou talvez dispostos a enxotar de vez as crendices da nossa vida política, resolveram afrontar os fados: foram para as redes e as ruas a fim de reafirmar suas divergências diante da assombrosa enxurrada de revelações geradas pela Operação Lava Jato.

Tudo indica que o ciclo de passeatas da sexta-feira em diversas capitais não deixou sequelas. Embora sem expressar apoio incondicional ao governo do PT, os movimentos sociais foram firmes em repelir a loucura do impeachment. Condenaram a nova política econômica, defenderam a Petrobras, mas havia faixas proclamando que a corrupção só acabará com a reforma política. A militância é disciplinada, palavras de ordem são ordens para serem obedecidas.

As passeatas de domingo são uma incógnita, é real a ameaça de infiltração de provocadores de extrema-direita, milicianos ligados ao crime organizado e baderneiros dispostos a produzir desordens que levem ao caos e justifiquem medidas extremas, inclusive o impeachment da presidente.

O segundo mandato de Dilma Rousseff tem sido lamentável: a vitória suada no segundo turno, a extrema virulência da campanha eleitoral, as promessas furadas, as garantias enganosas, a incapacidade de administrar a crise na Petrobras com uma imediata e rigorosa intervenção saneadora na empresa e, sobretudo, os efeitos da crise econômica estão produzindo legiões de insatisfeitos e indignados em todas as camadas sociais.

Como se sabe, a politização do mau humor é um perigo porque passa ao largo do jogo político, da correta formulação das demandas, imune à prudência de lideranças amadurecidas na luta pela democracia. As multidões, sobretudo as ressentidas, não têm memória, compromissos. Têm instintos, apetite, voracidade. A manifestação esquecida, mas inadiável, é em defesa do Ministério Público.

Alberto Dines é jornalista.

14 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Ex-juiz do caso Eike Batista teria admitido desvio de dinheiro

Em depoimento à Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, o juiz federal Flávio Roberto de Souza, que conduzia os processos contra o empresário Eike Batista, afirmou que surtiu com provas do processo contra o traficante espanhol Oliver Ortiz de Zarate para tentar encobrir o desvio de R\$ 836 mil, entre euros e dólares. O advogado do juiz, Renato Tonini, disse que o processo está sob sigilo e que, por isso, não faria comentários sobre o caso. A reportagem apurou que a confissão de Souza aconteceu em depoimento prestado a dois juizes. O magistrado foi afastado do caso Eike e agora é alvo de investigação judicial.

LAVAJATO

OPPS protocolou no STF um pedido para que o ministro Teori Zavascki reconsidere sua decisão e autorize a investigação da presidente Dilma no esquema de corrupção da Petrobras. A ação argumenta que o Supremo já tem entendimento de que é possível um chefe do Executivo ser investigado no exercício do mandato e responder somente após sua saída do cargo.

Justiça proíbe MST de fazer protestos na BR-116 entre Curitiba e SP

A Justiça proibiu nessa sexta-feira o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) de fazer qualquer tipo de protesto na BR-116 entre Curitiba e São Paulo. A decisão da 1ª Vara Federal de Curitiba foi tomada em caráter liminar a pedido da concessionária Auto Pista Régis Bittencourt, que administra o trecho. O MST pode recorrer da decisão. A concessionária justificou que entrou com o pedido liminar porque estaria sofrendo ameaças constantes de bloqueios no tráfego da estrada. A multa para o descumprimento da medida judicial é de R\$ 10 mil por hora. José Damasceno de Oliveira, membro da coordenação do MST, disse que não tinha sido informado da decisão da Justiça até o contato da reportagem na noite de ontem.

MPT-PR disponibiliza R\$ 150 mil para UFPR atender imigrantes

O Ministério Público do Trabalho do Paraná (MPT-PR) disponibilizou R\$ 150 mil para que Universidade Federal do Paraná (UFPR) apresente projetos para atender imigrantes e refugiados no Brasil. A assinatura do convênio ocorreu nessa sexta-feira. O dinheiro veio de uma multa aplicada a uma empresa que não oferecia condições adequadas de segurança aos seus funcionários. Não foram divulgados o nome da empresa e nem a cidade em que ela está localizada. A partir do acordo, a universidade poderá apresentar projetos para atender aos imigrantes, como auxílio jurídico, aulas de português, apoio psicológico e cursos de informática, por exemplo. O convênio ficará em vigor por 60 meses.

NOTAS POLÍTICAS

Italiano livre

O ex-ativista italiano Cesare Battisti foi solto no final da noite de quinta-feira (12), sete horas depois de ter prisão preventiva decretada para fins de deportação. Na decisão de conceder habeas corpus em caráter liminar, o desembargador Cândido Ribeiro argumentou que a Justiça Federal não tem competência para sustentar o visto de permanência de Battisti no Brasil. Ex-militante do grupo italiano Proletários Armados para o Comunismo, ele foi condenado naquele país à prisão perpétua por envolvimento em quatro assassinatos cometidos nos anos 1970.

Prefeito denunciado

O Ministério Público apresentou à Justiça na sexta-feira (13) denúncia contra o prefeito de Prudentópolis, Gilvan Pizzano Agibert (PPS), pela prática de 23 crimes. Segundo o MP, ele seria o líder de uma organização criminosa responsável por montar empresas em nome de "laranjas" que contratavam com o poder público ou eram subcontratadas por corporações que haviam vencido licitações. A prefeitura pagava o valor contratado, mas o serviço era realizado com máquinas, materiais e servidores da própria administração municipal.

14 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Portal se transforma em espaço oficial de conciliação

¶ A Justiça começa a considerar o Portal do Consumidor (www.consumidor.gov.br), serviço público que permite a interlocução direta entre consumidores e empresas, como plataforma oficial de conciliação. A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) já fechou acordo com os tribunais de São Paulo e do Rio Grande do Sul e está em negociação com os do Rio de Janeiro, de Santa Catarina e do Distrito Federal para que as ações de consumidores nessas instâncias levem em conta se as empresas reclamadas se recusaram a fechar o acordo por meio do site do governo, fazendo com que os clientes judicializassem os problemas.

O portal foi lançado em setembro do ano passado e conta atualmente com 233 empresas cadastradas. A participação das companhias é voluntária, mas só podem se cadastrar aquelas que aderem formalmente ao serviço, comprometendo-se a conhecer, analisar e investir todos os esforços disponíveis para a solução dos problemas apresentados. De acordo com Lorena Tavares, coordenadora-geral do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), o ritmo de adesão de novas empresas continua intenso.

O consumidor deve verificar se a empresa contra a qual quer reclamar está cadastrada no sistema. Se estiver, registra sua reclamação no site e a partir daí inicia-se a contagem do prazo, de até dez dias, para a manifestação da empresa, que pode interagir com

os consumidores antes da resposta final. Segundo a Senacon, o prazo médio de resposta é de 6 dias.

O cliente tem a chance de avaliar a resposta, classificando-a como “resolvida” ou “não resolvida” e ainda indicar o nível de satisfação com o atendimento. O índice geral médio de solução é de 77% e a nota de satisfação média ficou em 3,13 — de uma escala de 1 a 5.

O consumidor.gov.br conta com 80 mil usuários cadastrados. Das 60 mil reclamações finalizadas desde que foi lançado, quase a metade foi de serviços de telecomunicações. Em segundo lugar, aparecem os serviços financeiros, com 18%. Há no site um ranking das empresas que melhor atendem às reclamações dos consumidores, de acordo com o setor.

“A plataforma cuida de uma agenda que antes nos sangrava. O acompanhamento ficou sofisticado e em tempo real”, afirma Juliana Pereira, titular da Senacon. “Já que não temos dinheiro para abrir um Procon em cada bairro, nada mais justo do que colocar uma plataforma pela internet pela qual as empresas possam resolver diretamente os problemas com os consumidores”, completou.

15 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Centro da crise política extrapola Dilma e se estende aos três poderes

Alvo preferencial dos protestos marcados para este domingo pelo país, a presidente Dilma Rousseff e seu governo não detêm a exclusividade dos escândalos de corrupção, nem do descontrole de gastos que alimenta a crise econômica e gera revolta popular. No Congresso Nacional, além do aumento dos salários dos parlamentares e a aprovação de uma série de benesses, 22 deputados e 12 senadores estão na lista dos investigados por suposto envolvimento no escândalo da Petrobras. Já o Judiciário e o Ministério Público, alinhados como “mocinhos” da Operação Lava Jato, não pouparam aumentos nos últimos quatro meses – como a aprovação do auxílio-moradia e gratificações.

Dilma concentra revolta, mas outros poderes colaboram para a crise

Gastos do Judiciário e Legislativo aumentaram. E o Congresso tem 34 envolvidos na Lava Jato

BRASÍLIA

André Gonçalves
Correspondente

Alvo preferencial dos protestos marcados para este domingo (15), a gestão Dilma Rousseff não detém a exclusividade dos escândalos de corrupção, nem do descontrole de gastos que alimenta a crise econômica. Tanto Legislativo quanto Judiciário ampliaram benesses nos últimos meses e não deram sinais de que vão colocar freios nas despesas. Além disso, 22 deputados federais e 12 senadores — incluindo os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) — estão na lista dos investigados por suposto envolvimento no escândalo da Petrobras.

“Não se trata de tirar o foco do Executivo, que controla a maioria esmagadora das despesas e demonstra pouco interesse em diminuí-las. Mas o fato é que nenhum dos poderes se dispõe a dar exemplo”, diz o secretário-geral da organização Contas Abertas, Gil Castello Branco.

No mês passado, a entidade mostrou a manutenção de uma “sala vip” mantida pelo Senado no aeroporto de Bra-

sília, ao custo de R\$ 200 mil mensais. Somam-se ainda os salários de oito servidores que trabalham no local, que chegam a R\$ 22 mil. Dentre outros mimos, a ONG Contas Abertas mostrou que os senadores acabaram de adquirir um dosímetro digital (que mede a intensidade sonora), por R\$ 13,9 mil, e um psicômetro (que avalia a quantidade de vapor presente no ar), por R\$ 1,1 mil.

Já a Câmara dos Deputados gastou R\$ 33,3 mil na contratação de apresentações teatrais. No Supremo Tribunal Federal (STF), a novidade foi destinar R\$ 1,4 mil para a compra de três árvores artificiais. “Dar exemplo simboliza compromisso com a contenção de gastos. Sem isso, fica a impressão de que o ônus da crise, do aumento de impostos, recai apenas sobre aqueles que não estão no topo da pirâmide do funcionalismo”, diz Castello Branco.

Alinhados como “mocinhos” da Operação Lava Jato, Judiciário e Ministério Público não pouparam aumentos nos últimos quatro meses. Em outubro, todos os juízes e procuradores federais conquistaram direito a auxílio-moradia de R\$ 4,4 mil mensais. Em janeiro, os salários dos ministros do STF e do procurador-geral da República cresceram de R\$ 29,4 mil para R\$ 33,8 mil, o que gera um impacto de R\$ 2,85 bilhões por ano aos cofres públicos, devido ao efeito cascata nas remunerações de desembargadores, juízes, procuradores e promotores.

“O Executivo não é santo, mas fica de mãos atadas na relação com os demais poderes. Parlamentares e magistrados têm um forte sentimento de corporação”, diz o cientista político Carlos Melo, do Insper.

No Congresso Nacional, os salários de deputados e senadores saltaram de R\$ 26,7 mil para R\$ 33,8 mil. A exemplo do que acontece no Judiciário, a decisão gerou efeito cascata bilionário nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores. O salário superou o da presidente da República e dos ministros, que ficou em R\$ 30,9 mil.

Além disso, a verba de gabinete para a contratação de funcionários pelos deputados aumentou de R\$ 78 mil para R\$ 92 mil. “Cada deputado pode contratar até 25. Como no gabinete em Brasília não cabe mais do que cinco, o resto fica nos estados, trabalhando mais como cabos eleitorais”, frisa Castello Branco.

A cota para exercício da atividade dos deputados também subiu 8,72% em fevereiro. Os índices de aumento foram calculados pela inflação — ao contrário da negociação do reajuste do Imposto de Renda, cuja maioria das faixas perdeu para a alta inflacionária de 6,5% de 2014.

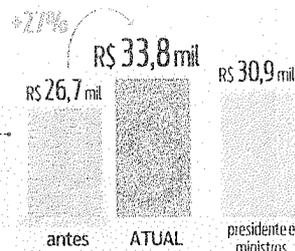
Professor de Administração Pública da Universidade de Brasília, José Matias-Pereira ressalta que o fracasso do controle nas contas da gestão Dilma serviu como espelho nos outros poderes.

Nos últimos meses, Judiciário, Ministério Público e Legislativo federais mantiveram ou aumentaram benefícios, mesmo em tempos de dificuldade econômica.

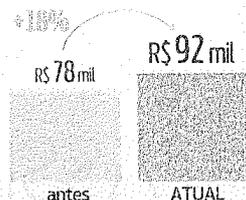
LEGISLATIVO



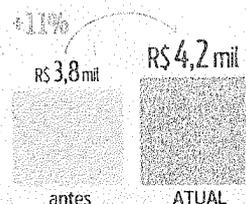
SALÁRIOS. Em dezembro do ano passado, deputados federais e senadores **aumentaram seus salários de R\$ 26,7 mil para R\$ 33,8 mil.** A exemplo do que acontece no Judiciário, a decisão gerou efeito cascata bilionário em Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores. O salário ficou maior do que o da presidente da República e ministros, que é de R\$ 30,9 mil.



VERBA DE GABINETE. A verba dos deputados federais para a contratação de funcionários passou, em fevereiro, **de R\$ 78 mil para R\$ 92 mil.** Cada parlamentar tem direito a contratar até 25 funcionários com esses recursos. Na prática, a maioria deles trabalha como cabo eleitoral nas bases regionais – e não na Câmara, em Brasília.



COTÃO E AUXÍLIO-MORADIA. A cota para exercício da atividade dos deputados federais, conhecida como "cotão", também subiu 8,72% em fevereiro. Para os 30 deputados federais do Paraná, ela ficou em R\$ 38,5 mil. **O auxílio-moradia** passou de R\$ 3,8 mil para R\$ 4,2 mil.

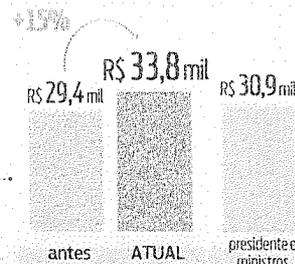


SALA VIP DO SENADO. Levantamento da organização Contas Abertas aponta que o Senado mantém um gasto de R\$ 200 mil por ano com a manutenção de uma "sala vip" no aeroporto de Brasília. Os salários dos oito servidores que trabalham no local chegam a R\$ 22 mil. A Casa também mantém plano de saúde com ressarcimento ilimitado para os senadores e familiares.

JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO



SALÁRIO. Os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal e do procurador-geral da República **aumentaram, em janeiro, de R\$ 29,4 mil para R\$ 33,8 mil.** O impacto anual da medida é de R\$ 2,85 bilhões aos cofres públicos, já que a Constituição estipula vinculações que geram um efeito cascata nos salários de desembargadores, juizes, procuradores e promotores.



AUXÍLIO-MORADIA. Decisão do Conselho Nacional de Justiça determinou, em outubro de 2014, o pagamento de auxílio-moradia para todos os juizes do país no valor de R\$ 4,4 mil. Embalado pela decisão, no mesmo dia, o Conselho Nacional do Ministério Público também estendeu o benefício a todos os procuradores.



GRATIFICAÇÃO. No mesmo dia em que o aumento de salário foi sancionado, passaram a valer quatro leis que garantem gratificação a juizes que acumulam funções em mais de um órgão do Judiciário. A cada 30 dias de trabalho com acúmulo de função, os magistrados vão receber um terço dos salários.



ÁRVORES ARTIFICIAIS. Pequenos gastos do dia a dia do STF não foram esquecidos nos últimos meses. Levantamento da organização Contas Abertas em fevereiro apontou que o tribunal reservou R\$ 1,4 mil para a compra de três árvores artificiais – uma dracena e duas palmeiras – que serão utilizadas para decoração.

15 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Domingo será de protestos em todo o país

| Kelli Kadanus

Vários protestos estão marcados para este domingo (15) em todo o país para demonstrar a insatisfação de parte da população com o governo da presidente Dilma Rousseff (PT). Estão agendadas manifestações em pelo menos 200 cidades de 16 estados. Vinte municípios paranaenses integram a lista. Em Curitiba, a manifestação começa às 14 horas na Praça Santos Andrade, no centro da capital. Outro protesto está marcado para as 9h30, no Centro Cívico.

As cidades paranaenses que vão aderir às manifestações são: Apucarana, Araçongas, Assaí, Cascavel, Castro, Cianorte, Dois Vizinhos, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Maringá, Paranaguá, Pato Branco, Pitanga, Ponta Grossa, União da Vitória e Umuarama. Em Londrina serão realizadas duas manifestações. A

primeira ocorre às 13 horas no Zerão. Em seguida, às 15 horas, haverá uma manifestação em frente ao Colégio Vicente Rijo.

Na página oficial de um dos movimentos que organizam as manifestações, o Vem Pra Rua (facebook.com/vempraru.org), há mais informações sobre os protestos. De acordo com nota oficial do grupo, neste momento “não existe embasamento jurídico sólido nem ambiente político para que o impeachment [de Dilma] se concretize. Entretanto, este cenário pode mudar a qualquer momento, diante do ritmo das investigações [da Lava Jato]”. O movimento afirma ainda ser contra uma possível intervenção militar e garante ser suprapartidário.

Convocação

O Vem Pra Rua divulgou ao longo da semana uma série de vídeos de artistas convocando os fãs para as manifestações. Marcio Garcia, Christine Fernandes, Malvino Salvador, Marcelo Serrado, Alessandra Maestrini, Caio Castro e Kadu Moliterno são alguns dos que gravaram mensagens.

PARANÁ

Veja onde haverá manifestações no Paraná:

- **Curitiba:** 9h30, no Centro Cívico; e 14h, na Praça Santos Andrade
- **Cascavel:** 15h, em frente da Igreja Matriz
- **Foz do Iguaçu:** 9h30, na Praça do Mitre
- **Guarapuava:** 14h, na Praça Cleve
- **Londrina:** 13h, no Zerão; e 15h, no Colégio Vicente Rijo
- **Maringá:** 14h, na Catedral
- **Paranaguá:** 10h, em frente da Ferroviária
- **Ponta Grossa:** 9h, na Praça entre as Rua Balduino Taques e Av. Vicente Machado
- **Outras cidades:** Apucarana, Araçongas, Assaí, Castro, Cianorte, Dois Vizinhos, Entre Rios do Oeste, Francisco Beltrão, Pato Branco, Pitanga, União da Vitória e Umuarama

GAZETA DO POVO

O direito de protestar

15 MAR 2015

O simples fato de ir às ruas pedir o impeachment da presidente da República não faz de ninguém um golpista

Estão previstas para este domingo manifestações nas principais cidades do país, em protesto contra o governo de Dilma Rousseff e, em muitos casos, pedindo sua saída, por meios legítimos ou, no caso de uma minoria, ilegítimos. O governo e seus aliados, incluindo movimentos sociais e formadores de opinião, se apressaram em desqualificar o movimento como um todo, classificando-o de “golpista” e deliberadamente ignorando as várias nuances de uma mobilização que não tem lideranças unificadas e cresceu principalmente pelas mídias sociais.

Aqueles que defendem soluções que estejam dentro do marco legal têm, sim, o direito de assim se manifestar. O impeachment, lembre-se, é previsto pela legislação brasileira, nos artigos 85 e 86 da Constituição de 1988, com os crimes de responsabilidade elencados na Lei 1.079/50. Há diferentes avaliações — inclusive de juristas renomados — sobre a possibilidade de Dilma Rousseff ter cometido crime de responsabilidade, e não é nosso objetivo agora discutir quais dessas avaliações estão corretas; para o momento, basta afirmar que há bons argumentos em ambos os lados. O certo é que o simples fato de ir às ruas pedir que o Congresso Nacional abra um processo contra a presidente da República não faz de ninguém um golpista.

Certamente não eram golpistas os que foram às ruas em 1992 pedir o impeachment do ex-presidente (e agora aliado do PT) Fernando Collor. Assim como também não o eram os que bradaram “fora FHC” durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso. Ironicamente, tais manifestações foram organizadas e tiveram a participação de muitos dos que agora tentam desqualificar a mobilização deste domingo falando em “terceiro turno”, de “aceitar o resultado das urnas” e de “esperar até 2018”. Ora, em nome da coerência, eles deveriam, então, assumir que o “fora Collor” e o “fora FHC” foram um desrespeito à vontade popular manifestada nas urnas em 1989, 1994 e 1998; que, em vez de pedir impeachment, deveriam ter esperado a eleição seguinte; e que estavam, sim, promovendo o “terceiro turno” (ou segundo, no caso de FHC, que venceu Lula no primeiro turno duas vezes).

É salutar recordar o que diziam vários líderes petistas em 1999. Muitos dos que criticam a passeata deste domingo com base no fato de que o segundo mandato de Dilma mal começou certamente aplaudiram quanto Tarso Genro disse, ainda em janeiro daquele ano: “Após frustrar irremediavelmente a generosa expectativa da nação, resta a Fernando Henrique uma única atitude: reconhecer o estado de ingovernabilidade do país e propor ao Congresso uma emenda constitucional convocando eleições presidenciais para outubro, dando um desfecho racional ao seu segundo e melancólico mandato, que terminou antes mesmo de começar”. Às vésperas da “marcha dos 100 mil”, em agosto de 1999, José Dirceu dizia que “qualquer deputado pode pedir à Mesa da Câmara a abertura de processo contra o presidente da República. Dizer que isso é golpe é falta de assunto”. E teve o reforço de José Genoíno: “A possibilidade de impeachment está na marcha. O PT não prega a renúncia do presidente, mas onde está escrito que as pessoas não podem gritar renúncia?” — aliás, entre os grupos que irão à rua neste domingo também há quem defenda não o impeachment, mas a renúncia. Lula discursou durante aquele evento. “Temos de fazer milhares de movimentos como este até tirar essa gente do poder”, defendeu. Trata-se do mesmo Lula que afirmou, também em 1999, pedindo a saída de FHC: “Não é possível assistir calado ao governo Fernando Henrique destruir o país. Vivemos uma crise moral e ética sem precedentes. Por muito menos o Collor sofreu um impeachment e o Nixon renunciou”.

As manifestações deste domingo têm duas formas principais de perder legitimidade: por seus objetivos, caso reivindiquem rupturas com a ordem democrática — e infelizmente há quem deseje o golpe; caso esse grupo resolva dar as caras nas ruas brasileiras, que seja prontamente rechaçado —; ou por seus métodos, caso recorram à depredação e ao quebra-quebra para se fazer ouvir. Se não houver nem violência, nem o clamor pelo golpe, a participação em um evento de crítica ao governo, e que inclusive peça mudanças na Presidência dentro do marco institucional, seja pelo impeachment, seja pela renúncia, é um direito de cada brasileiro, independentemente do que pensemos sobre o tema. Criminalizar essa participação — seja tratando como “golpismo” o que está previsto até mesmo na Constituição; ou tomando o todo pela parte, insinuando que a presença de alguns golpistas no evento faz de todos os seus participantes inimigos das instituições — é demonstração de pouco apreço não só pela opinião contrária, mas pela democracia que permite a manifestação dessa opinião.

Escândalo dos Diários Secretos completa 5 anos

com 14 condenados

Série de reportagens da **Gazeta** e da RPC revelou esquema de desvio de dinheiro da Assembleia por meio de fantasmas

GAZETA DO POVO

15 MAR 2015

Katna Baran

Há exatamente cinco anos, em 15 de março de 2010, a **Gazeta do Povo** e a RPC começavam a divulgar a série de reportagens Diários Secretos, que revelou um esquema de desvio de dinheiro da Assembleia Legislativa do Paraná. Desde então, 14 pessoas envolvidas foram condenadas em função das denúncias. Das dez ações criminais propostas pelo Ministério Público Estadual (MP), oito têm sentença e outras duas estão concluídas.

A série mostrou que dinheiro da Assembleia era desviado por meio da contratação de funcionários fantasmas. A nomeação dos servidores era feita por meio de Diários Oficiais que ficavam ocultos — o que impedia que a sociedade pudesse fiscalizar o cumprimento da jornada dos servidores.

Políticos

Recentemente, o MP também apresentou de-



Justus e Curi: deputados são alvo de denúncias criminais do MP.

núncias criminais contra o deputado e ex-presidente da Assembleia Nelson Justus (DEM) e outras 31 pessoas ligadas ao gabinete dele. A revelação dos diários secretos da Assembleia também permitiu que o MP investigasse e denunciasse à Justiça, na semana que passou, o deputado e ex-primeiro-secretário da Assembleia Alexandre Curi (PMDB), o ex-diretor-geral do Legislativo Abib Miguel (o Bibinho) e o ex-secretário estadual de Comunicação Fábio Campana. Eles são acusados de uso irregular de verba pública.

Há ainda outras dez ações cíveis que citam, além de Justus e Curi, o deputado Nereu Moura (PMDB) e o ex-deputado Hermas Brandão.

Anulação

Bibinho, acusado de ser um dos mentores do esque-

ma, chegou a ser condenado em dois processos penais, somando pena de quase 38 anos de prisão. Porém, as condenações foram anuladas. A decisão, do início do mês, é do Tribunal de Justiça do Paraná, que entendeu que houve cerceamento de defesa. Os processos voltaram, então, para a primeira instância, para que o ex-diretor seja ouvido.

Bibinho foi preso novamente em novembro do ano passado, flagrado no aeroporto de Brasília no momento em que recebia uma mala com R\$ 70 mil. Como os bens dele estão bloqueados, o dinheiro teria vindo de "laranjas". Assim, os processos contra ele devem ter uma tramitação mais rápida. Em tese, não deve demorar muito para que o caso seja avaliado em primeira e segunda instâncias.

CONTINUA

15 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

BALANÇO

A série Diários Secretos, da **Gazeta do Povo** e da RPC, revelou, em 2010, esquema que pode ter desviado R\$ 200 milhões da Assembleia Legislativa. Quatorze pessoas foram condenadas pela Justiça até agora.



Abib Miguel
Ex-diretor-geral da Assembleia
Pena: 37 anos, 11 meses 10 dias* –
teve a pena

anulada por cerceamento de defesa.



Cláudio Marques da Silva
Ex-diretor de pessoal da Assembleia
Pena: 18 anos, 11 meses e 20 dias.

Desvio de dinheiro público, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.



José Ary Nassiff
Ex-diretor administrativo da Assembleia
Pena: 18 anos, 11 meses e 20 dias
Desvio de dinheiro

público, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.



Daor Afonso M. de Oliveira
Ex-funcionário da Assembleia
Pena: 21 anos, 3 meses e 20 dias.

Peculato, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

Marlon Christian L. de Oliveira
Filho de Daor Oliveira
Pena: 12 anos, 10 meses e 10 dias.
Desvio de dinheiro público.

Maureen Louise de Oliveira
Filha de Daor Oliveira
Pena: 4 anos e 5 meses.
Desvio de dinheiro público.

Luiz Alonso Luccas de Oliveira
Filho de Daor Oliveira
Pena: 6 anos e 8 meses.
Desvio de dinheiro público.

Roseli do Rocio L. de Oliveira
Mulher de Daor Oliveira
Pena: 3 anos e 11 meses.
Desvio de dinheiro público.

Iara Rosane da Silva Matos
Mulher de João Leal de Matos
Pena: 6 anos e 8 meses.
Desvio de dinheiro público.

Clori Maria de Oliveira
Irmã de Daor Oliveira
Pena: 2 anos e 11 meses.
Desvio de dinheiro público.

José Ricardo da Silva
Cunhado de João Leal de Matos
Pena: 6 anos e 8 meses.
Desvio de dinheiro público.

Pierre J. Gbur (sobrinho de Daor Oliveira), Glaucilene S. Gbur (mulher de Pierre), Eduardo J. Gbur (sobrinho de Daor) e Alessandro Gbur (motorista de Daor)
Pena: 1 ano, 9 meses e 20 dias cada.
Desvio de dinheiro público.

* Duas condenações com penas de 18 anos, 11 meses e 20 dias cada, que podem ser somadas ao final do processo.

COMO FUNCIONAVA O ESQUEMA

1 Segundo a denúncia do Ministério Público, o ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná Abib Miguel pedia a pessoas próximas que conseguissem documentos de parentes para empregá-los na Casa. Essas pessoas eram os "agenciadores" dos funcionários fantasmas.

2 Outros dois ex-diretores da Assembleia, Cláudio Marques da Silva e José Ary Nassiff, davam apoio ao esquema.

3 O esquema tinha três "braços": o de Daor Afonso de Oliveira teria contratado dez pessoas; o de João Leal de Matos teria contratado oito parentes; e o de Douglas Bastos Pequeno teria sido responsável pela contratação de 16 pessoas.

4 O Ministério Público estima que o esquema tenha desviado pelo menos R\$ 200 milhões dos cofres da Assembleia.

INDICIADOS EM · Abib Miguel · Nair Teresinha da Silva Schibicheski · Maria José da Silva
OUTROS PROCESSOS · João Leal de Matos · Priscila da Silva Matos Peixoto **Fonte:** Redação. **Infografia:** GP.

CONTINUA

15 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

AVANÇOU, MAS PODIA SER MELHOR

A revelação do esquema de corrupção dos Diários Secretos provocou uma série de mudanças positivas na Assembleia.

Mas, cinco anos depois, o Legislativo ainda precisa avançar mais. Confira:

MELHOROU

Mais transparência

O movimento "O Paraná que Queremos", que surgiu com a divulgação da série de reportagens Diários Secretos, propôs uma série de reivindicações diante das denúncias de ocultação de atos irregulares da Assembleia. **Milhares de paranaenses saíram às ruas para pedir mais transparência no poder público (foto ao lado)**. Pressionados, os deputados estaduais aprovaram uma das principais demandas do movimento, a Lei da Transparência estadual. A legislação exige a publicação de informações de todos os órgãos públicos do Paraná no Diário Oficial e em sites oficiais. O texto havia sido elaborado pela Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apaju-fe) em parceria com a seccional do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR). A norma passou a vigorar em abril de 2011 e, em julho daquele ano, foi estendida a todos os municípios do estado. No fim de 2011, com a sanção da Lei Nacional de Acesso à Informação, todos os níveis de administração pública do país foram obrigados a dar mais transparência às suas ações, o que reforçou a lei estadual.

Fim dos supersalários

Por força da lei estadual, funcionários da Assembleia não podem receber salários maiores que os dos deputados. A série Diários Secretos havia revelado gastos de pelo menos R\$ 73 milhões em remunerações acima do teto constitucional na Assembleia durante um período de cinco anos. Muitos dos beneficiados eram funcionários fantasmas. No início de 2011, a Assembleia anunciou o corte no pagamento das remunerações que ultrapassavam o teto.

Economia

A folha de pagamento de pessoal da Assembleia foi reduzida consideravelmente depois da divulgação da existência de funcionários fantasmas e pagamentos indevidos na remuneração dos servidores da Casa. À época, o Legislativo estadual tinha quase 2,5 mil funcionários – na listagem divulgada no fim do ano passado, eram 1,7 mil. Essa e outras economias têm feito com que, todos os anos a partir de 2011, a Assembleia consiga devolver ao governo do estado parte do orçamento anual do Legislativo. Nos últimos quatro anos, por exemplo, os parla-

Antonio More / Gazeta do Povo/Arquivo



mentares deixaram de gastar R\$ 630 milhões. Porém, é preciso ressaltar que o orçamento da Assembleia vem crescendo ano a ano desde então.

Chamada

O painel eletrônico foi instalado no plenário da Assembleia em 2008. Porém, muitos deputados mantinham o hábito de "responder à chamada" e voltar para o gabinete ou mesmo deixar a Casa. Depois da publicação da série Diários Secretos, a Assembleia adotou um controle de presença no início, durante e no fim da sessão legislativa e determinou descontos de 3,33% no salário dos parlamentares por falta não justificada (cerca de R\$ 670). O controle ficou mais rígido. Sentindo no bolso, o índice de ausências diminuiu. Mesmo assim, levantamento feito pela **Gazeta do Povo** no início deste ano apontou que, em média, oito parlamentares faltaram por sessão deliberativa entre 2011 e 2014. Além disso, como a regra da Casa prevê vários motivos que permitem a ausência, das quase 3,8 mil faltas, só 628 foram classificadas como não justificadas nos últimos quatro anos.

Modernização

A Assembleia passou por um processo de modernização e maior controle desde a revelação do escândalo. Uma comissão atualizou a lista dos bens móveis da Assembleia. Na época, havia reclamação de privilégios, como gabinetes e estruturas maiores para alguns parlamentares. Na legislatura anterior, quase todos os 54 gabinetes foram reformados e padronizados. Assim, hoje eles têm praticamente o mesmo tamanho e apenas a divisão interna e a distribuição dos móveis ficam a cargo do ocupante.

CONTINUA

15 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

PRECISA MELHORAR

Profissão comissionado

Apesar de a Assembleia ter feito uma verdadeira limpeza na lista de funcionários que ocupavam cargos comissionados – muitos deles fantasmas – o prometido concurso público para a



contratação de servidores efetivos ainda não saiu. Na última lista divulgada pelo Portal da Transparência da Assembleia, no fim do ano passado, constam os nomes de 1.306 funcionários comissionados (de indicação política) ante os 445 servidores de carreira. Ainda não foram divulgados os nomes dos funcionários que passaram a ocupar cargos na nova legislatura. O hoje deputado federal **Valdir Rossoni (foto acima)**, que foi presidente da Assembleia nos últimos quatro anos, havia prometido realizar concurso público até o fim do seu mandato no comando da Casa, o que não ocorreu. Além disso, tramita no STF uma ação direta de inconstitucionalidade que questiona duas leis estaduais que criaram vagas comissionadas na Assembleia e que extinguíram efetivas. Para o Conselho Federal da OAB, que entrou com a ação, o número de cargos em comissão criado é “desproporcional e irrazoável”. O processo está parado no gabinete do relator, ministro Marco Aurélio, desde o início de 2013.

Agentes políticos

Logo após o escândalo dos Diários Secretos, os deputados aprovaram uma lei para tentar coibir a contratação de funcionários fantasmas pela Casa, com novas regras para a admissão de comissionados. Mas foi criada a figura do “agente político” – servidor comissionado que não precisa dar expediente no prédio da Assembleia, o que dificulta a verificação do cumprimento da jornada de trabalho. A lei exigiu, porém, que eles enviassem relatórios mensais de suas atividades. No entanto, parte dos funcionários nunca preencheu o formulário. No fim de 2013, os parlamentares aprovaram outra norma que afrouxou as

regras. Desde então, os assessores parlamentares dos gabinetes não são mais obrigados a apresentar os relatórios. Além disso, ficou liberada a contratação de donos ou gerentes de empresas como comissionados. A série Diários Secretos havia mostrado vários casos de servidores da Assembleia que foram localizados trabalhando fora do Legislativo em empresas particulares.

Fiscalização

Um ano após o escândalo, o então recém-empossado presidente do Tribunal de Contas do Estado (TC), Fernando Guimarães, reconheceu que o órgão falhou na fiscalização da Assembleia. Na época, o TC se comprometeu a prestar mais atenção em contratos e a analisar cuidadosamente casos de aposentadorias e indenizações. Porém, as contas da Casa dos últimos anos continuam sendo aprovadas pelo TC sem ressalvas.

Renovação

Apesar de a série Diários Secretos ter desencadeado em uma renovação nos cargos de direção da Assembleia, alguns envolvidos no esquema permaneceram nas ocupações mesmo após as denúncias – muitos cobertos pela estabilidade funcional. A ação movida pelo Ministério Público contra o deputado Nelson Justus (DEM) no último mês de fevereiro, por exemplo, cita quatro funcionários do parlamentar que, até o início deste ano, continuavam trabalhando no gabinete do deputado. Além disso, Justus e o deputado Alexandre Curi (PMDB), principais denunciados no esquema, foram reeleitos duas vezes desde a publicação da série.

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

15 MAR 2015

Contradições na Lava Jato

O presidente da Câmara Federal, deputado Eduardo Cunha, pôde dar seu “showzinho” na CPI da Petrobras na quinta-feira passada. Nem precisou ser coagido a comparecer. Pelo contrário, se ofereceu para falar e, ao final de uma sessão que durou cinco horas, saiu mais forte do que entrou. Nenhum parlamentar lhe fez qualquer pergunta. Preferiram gastar seus tempos (cinco minutos para cada um) para derramar elogios a Cunha, pois se convenceram de que são falsas as acusações de que seria um dos beneficiários da petropinas identificados pela Lava Jato.

Convenhamos: quem leu os autos (agora públicos) enviados ao STF pelo procurador-geral Rodrigo Janot se convence logo de que, de fato, são vagas e inconsistentes as referências que o doleiro Youssef e o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa fizeram sobre supostas entregas de dinheiro a Eduardo Cunha. Muito provavelmente, se outros elementos não forem encontrados, o inquérito contra ele será arquivado.

Não será caso único. À exceção de situações como a do senador Collor de Mello, que deixou batom na cueca porque há documentos que provam transferências para sua conta pessoal, outros inquéritos tomarão o mesmo destino. Uma pena, porque a Lava Jato parecia ser a mais ampla e irrefutável comprovação da corrupção na Petrobras e capaz de abalar a República e levar à condenação a maioria dos 54 indiciados.

Dadas as inconsistências e contradições das delações premiadas, este instituto tende a perder credibilidade. No afã de se livrar das penas a que fatalmente seriam condenados, Youssef e Costa não tiveram muito pejo de lançar nomes às feras. Embora comprometidos em dizer a verdade, seu compromisso termina no exato momento em que o juiz (no caso, Sergio Moro, da Justiça Federal de Curitiba) vê nas declarações algum verniz de veracidade. A partir daí o ônus de comprovar a veracidade caberá ao inquérito autorizado pelo STF.

Outro exemplo da fragilidade das delações envolve dois paranaenses — a senadora Gleisi Hoffmann e seu marido, o ex-ministro Paulo Bernardo. Desde outubro seus nomes eram mancheteados como culpados.

Quando, porém, saiu a “lista de Janot” o nome de Paulo Bernardo não constava dela. Janot se utilizou de um critério de lógica: viu nos autos que a suposta doação de R\$ 1 milhão para a campanha de 2010 teria sido pedida por Paulo Bernardo, mas que os dois delatores, em quatro diferentes depoimentos, disseram ter ouvido essa afirmação um do outro, sem demonstrar certeza ou prova quanto ao destino da grana. Diante disso, Paulo Bernardo saiu da lista.

Já o da senadora Gleisi Hoffmann entrou — embora pese sobre ela a mesma acusação que Paulo Bernardo sofria. Se a lógica de Janot favoreceu o ex-ministro, o mais provável, então, é que, na sequência do inquérito, o caso de Gleisi tome também o caminho do arquivado, assim como poderá acontecer com muitos dos outros investigados no STF.

O novo capítulo do caso Cesare Battisti

Eis que a novela do caso Cesare Battisti, que se acreditava terminada, acaba de ganhar novo capítulo. Poucado da sua extradição para a Itália por decisão do governo brasileiro, o italiano se vê agora confrontado com a possibilidade de ser deportado, como determinou a recente decisão da juíza federal Adverci Rattes, titular da 20.ª Vara do Distrito Federal. O italiano chegou a ser preso na quinta-feira, para fins de deportação, mas foi solto algumas horas depois, diante da concessão de habeas corpus pelo TRF da 1.ª Região.

A sentença da magistrada, passível de recurso, determinou que Battisti está em situação irregular, pois o ato do Conselho Nacional de Imigração (CNI) que lhe concedeu o direito de permanência no Brasil seria nulo. A concessão teria violado o artigo 7.º, IV da Lei 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro), segundo o qual “não se concederá visto ao estrangeiro condenado ou processado em outro país por crime doloso, passível de extradição segundo a lei brasileira”. A extradição do ex-ativista para a Itália foi deferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF); entretanto, o tribunal máximo reconheceu que “a decisão de deferimento da extradição não vincula o presidente da República”, assentando “o caráter discricionário do ato do presidente da República de execução da extradição”. No último dia de seu mandato como presidente, Lula negou a extradição de Battisti para a Itália.

A decisão da juíza federal suscita alguns questionamentos de ordem legal. A deportação de Battisti implicaria sua extradição por via transversa, o que é vedado pela lei brasileira (arts. 63 e 91, IV do Estatuto do Estrangeiro). O objetivo da lei é impedir que um indiví-

duo cuja extradição tenha sido negada acabe sendo entregue por outras vias ao Estado que a requereu. A juíza, entretanto, sustentou que a deportação “não implica em afronta à decisão do presidente da República de não extradição, visto que não é necessária a entrega do estrangeiro ao seu país de nacionalidade, no caso a Itália, podendo ser para o país de procedência ou outro que consinta em recebê-lo”.

Data venia, a deportação implica, sim, afronta à decisão presidencial, na medida em que resultaria, em termos práticos, na extradição de Battisti por via oblíqua. Ainda que a deportação não seja para a Itália, este país já se manifestou no sentido de que pedirá a extradição do condenado ao Estado que o receber. A frustração do pedido de extradição diante da negativa do ex-presidente Lula seria, dessa forma, contornada se o Brasil deportar Battisti para um Estado que posteriormente o extradite para a Itália. Caso ele seja enviado para a França, por exemplo, como sugerido no processo, este país poderia entregá-lo imediatamente para a Itália, tendo em vista que já há decisão francesa deferindo a extradição do italiano. Foi essa decisão, aliás, que motivou a fuga de Battisti da França para o Brasil, em 2004.

Por fim, saliente-se que a deportação e a expulsão de estrangeiros são decisões discricionárias a serem tomadas pelo Poder Executivo. Tal qual no pedido de extradição, a palavra final sobre a deportação de Battisti caberá ao Executivo. E, pelas razões acima descritas, tal medida já não se revela mais uma alternativa legalmente viável.

Isabela Piacentini de Andrade, doutora em Direito pela Université Paris II (Panthéon-Assas), é professora de Direito Internacional na Universidade Positivo.

GAZETA DO POVO

CARLOS ALBERTO DI FRANCO

16 MAR 2015

Acreditemos no Brasil

Dilma não completou três meses de governo, mas o clima é de fim de festa. Escrevo este artigo antes das manifestações marcadas para o dia 15. Espero que sejam pacíficas e não contaminadas por black blocs da vida e grupos ideológicos interessados em algar os sentimentos da sociedade e inibir protestos democráticos legítimos. Aconteça o que acontecer, amigo leitor, ninguém conseguirá silenciar o grito de indignação do brasileiro honrado e trabalhador, mas profundamente revoltado. O governo Dilma Rousseff está agonizando. Isolada na sua arrogância, no desgoverno provocado por sua incompetência, acuada pelos resultados evidentes do maior estelionato eleitoral da nossa história, desmentida pela força dos fatos e dos números, a presidente da República só tem uma saída: a renúncia.

O governo tentará reconstruir pontes, oferecer supostos salvavidas para os naufragos da Lava Jato. O Supremo Tribunal Federal, felizmente, é outro departamento. Não está submetido às conveniências políticas do Executivo. Além disso, acordos funcionam quando o governante tem um mínimo de credibilidade e sustentação. Dilma desceu ao fundo do poço. E Lula, o criador, escorrega com ela. O ex-presidente, astuto e rápido no jogo, tenta negar a paternidade. Agora é tarde. Dilma não cairá sozinha. E Lula sabe disso. Assombra-lhe, sobretudo, o avanço das delações premiadas. Só isso explica seu irresponsável apelo ao “exército do Stédile”. Lula está tenso por uma razão muito simples: a mentira escancarou, a punição se aproxima, a estrela apagou.

Vivemos um momento difícil e perigoso. Os assaltantes do dinheiro público e os estrategistas do projeto de perpetuação no poder, fortemente atingidos pela solidiez das nossas instituições democráticas, não soltarão o osso com facilidade. O clima não está legal. O país está radicalizado graças à luta de classes tupiniquim do “nós e eles”. Há riscos no horizonte. Mas precisamos acreditar no Brasil e na capacidade de recuperação da nossa democracia. A sociedade amadureceu. O exercício da cidadania rompeu as amarras dos marqueteiros da mentira. E a imprensa, o velho e bom jornalismo, mostrou sua relevância para a sobrevivência da democracia e das liberdades.

A relação de Lula e do PT com a democracia é um pouco estranha. Nada como o recurso a um banco de dados para revisitar pensamentos reveladores. Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, em 2009, o ex-presidente afirmou que o papel da imprensa não é o de fiscalizar, e sim informar. “Não acho que o papel da imprensa é fiscalizar. É informar. Para ser fiscal tem o Tribunal de Contas da União, a Corregedoria-Geral da República, tem um monte de coisas. A imprensa tem de ser o grande órgão informador da opinião pública”. Lula questionava um dos pilares da democracia: o papel fiscalizador da imprensa. Tinha seus motivos, sem dúvida. Suas declarações encerravam uma contradição com seu suposto e alardeado respeito à liberdade de imprensa. Fiscalizar faz parte integrante do processo informativo. E, como Lula não é tonto, o falso disjuntivo (informação versus fiscalização) tinha uma finalidade precisa: limitar o papel fiscalizador dos jornais e desacreditá-lo. Não conseguiu. Felizmente.

Os bons ventos da economia mundial nos mandatos de Lula, seu bom senso, carisma e talento de encantador de serpentes garantiram-lhe um céu de brigadeiro. Mas seu desejo de perpetuação no poder, direto ou por delegação temporária, não combinava com escrúpulos éticos. Os bons indicadores da economia, então, não impediram o Brasil de trombar com as consequências funestas de um populismo que encolheu a oposição, estimulou o cinismo, encurralou algumas togas e tentou aprisionar as redações.

Afinal, qual é a perversidade que deve ser creditada na conta dessa imprensa tão questionada por Lula? A denúncia de recorrentes atos de corrupção que nasceram como cogumelos à sombra da cumplicidade presidencial? Ou será que a irritação de Lula é provocada pelo desnudamento de seu papel na crise que assola o Brasil? A sustentação do governo de coalizão, aético e sem limites, deu no que deu.

Carlos Alberto Di Franco é jornalista.

16 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Brasil tem sete denúncias de tortura por dia

Trinta anos após o fim do regime militar, sete casos de tortura são denunciados por dia no Brasil, indica levantamento da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República. No ano passado, os registros de tortura no Disque 100, canal disponível para denúncias criminais, chegaram a 2.694. Entre 2011 e 2014, o índice cresceu 246%. São Paulo lidera entre os estados, com 662 casos.

Assim como no período militar (1964-1985), os órgãos do Estado ainda são os mais frequentes pontos de tortura no Brasil. Segundo a SDH, dos 2.775 locais de violação informados nas denúncias, 1.291 (46,5%) são presídios e 772 (27,8%), cadeias públicas. As delegacias aparecem em terceiro lugar: 224 casos (8%).

Mais de 90% das denúncias que chegam ao governo vêm de pessoas em situação de restrição de liberdade. Foram 2.444 vítimas nessas condições em 2014. A nomenclatura abarca denúncias de tortura em prisões, delegacias, asilos, clínicas psiquiátricas e abrigos para menores. Os relatos de tortura foram os únicos que subiram entre 2013 e 2014 entre as oito categorias mapeadas pela SDH (crianças e adolescentes, LGBT, moradores de rua, trabalho escravo, pessoas com deficiência, idosos e discriminação religiosa).

Foi justamente dentro de uma carceragem que o filho da atendente Indaiá Maria Mendes Moreira, Vinicius Moreira, foi torturado até a morte, em 5 de março de 2009. Ele tinha 20 anos e estava preso havia três semanas na delegacia de Neves, em São Gonçalo, na região metropolitana do Rio, após assaltar um táxi.

Indaiá, de 47 anos, conta que procurou o filho na cadeia em 6 de março. Foi informada que ele passara mal e fora transferido para um hospital. Não sabia que seu corpo já estava no Instituto Médico-Legal (IML). “Até hoje não vejo as fotos dele torturado. Mostro para as pessoas, mas não aguento olhar.”

As investigações indicaram que houve tortura, mas o inquérito foi arquivado sem apontar os autores. O episódio é acompanhado pelo Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro, da Assembleia Legislativa.

16 MAR 2015

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

A semana

Segunda-feira (16)

Os procuradores da República que atuam na Operação Lava Jato darão entrevista coletiva sobre um ano da deflagração das investigações e oferecimento de nova denúncia.

Terça-feira (17)

A Câmara dos Deputados analisa, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição que aumenta de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Prozofoto

“Poucos grupos empresariais contribuem com muita monta de dinheiro [nas campanhas]. Não vou fazer juízo de valor, não vou dizer o que penso. Só estou trazendo para reflexão.”

Dias Toffoli, ministro do STF, durante o Seminário Direito Processual nos Tribunais Superiores, em Foz do Iguaçu no último sábado.

16 MAR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF reafirma competência da Justiça comum em relação a aposentadoria complementar

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, reconheceu a competência da Justiça estadual para processar e julgar demanda relativa a complementação de aposentadoria em ações ajuizadas paralelamente na Justiça comum e na Justiça do Trabalho. O julgamento se deu em embargos de declaração no Conflito de Competência (CC) 7706, ajuizado pelo Estado de São Paulo (Fundação CESP).

Em decisão anterior, o entendimento do Plenário foi o de que, segundo o artigo 115 do Código de Processo Civil, para caracterizar o conflito de competência eram necessárias manifestações expressas de mais de um juízo afirmando sua competência ou incompetência nos autos de um mesmo processo. No caso, porém, havia duas demandas em tramitação em juízos diversos com o mesmo objeto – uma ação civil pública na Justiça estadual e uma reclamação trabalhista na Justiça do Trabalho. Concluiu-se, então, que a situação – em que diferentes ramos da Justiça afirmam sua competência – caracterizaria a litispendência, e não conflito de competência.

Ao opor embargos declaratórios, o Estado de São Paulo sustentou que o conflito de competência

era cabível “exatamente para dirimir decisões contraditórias em processos idênticos, que tramitam em juízos distintos”. No caso, tanto o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em apelação em ação civil pública, quanto o Tribunal Superior do Trabalho (TST), em recurso de revista em reclamação trabalhista, reconheceram-se expressamente competentes para julgar os casos.

Em seu voto, apresentado na sessão desta quinta-feira (12), pelo acolhimento dos embargos com efeito modificativo, o relator, ministro Dias Toffoli, adotou interpretação extensiva do artigo 115 do CPC, observando que estava diante da possibilidade de decisões conflitantes por justiças distintas. Ao decidir pela competência da Justiça comum, o relator assinou que o Plenário, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 586453, com repercussão geral reconhecida, decidiu que compete a este ramo do Judiciário o processamento de demandas sobre a matéria. E a modulação dos efeitos daquela decisão, no sentido de manter na Justiça do Trabalho os processos que já tivessem sentença de mérito até aquela data, “teve por pressuposto sua incidência sobre demandas únicas”.

16 MAR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRF1 – Rádio comunitária não pode funcionar sem autorização da autoridade competente

Constitui crime desenvolver clandestinamente atividades de telecomunicações. Com essa fundamentação, a 3ª Turma do TRF da 1ª Região, de forma unânime, reformou sentença de primeiro grau que rejeitou denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra cidadão que mantinha uma rádio comunitária em funcionamento sem permissão ou autorização da autoridade competente.

Consta dos autos que, em 26 de novembro de 2009, fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicação (Anatel) constatou o funcionamento clandestino da Rádio Pinguim FM. Por essa razão, o MPF ofereceu denúncia contra o proprietário pela prática do crime previsto no artigo 183 da Lei 9.472/97.

Ao analisar o caso, o Juízo de primeiro grau decidiu pela rejeição da denúncia e pelo arquivamento do feito, ao entendimento

de que “o funcionamento de rádio sem autorização do Poder Concedente é passível de aplicação de sanção administrativa, mas não autoriza a sanção penal, uma vez que não há risco concreto aos meios de comunicação”.

O MPF recorreu ao TRF1 sustentando que o tipo penal descrito no artigo 183 da Lei 9.472/97 tem o seu elemento objetivo atrelado ao desenvolvimento de atividade de telecomunicações sem a devida permissão, concessão ou autorização da autoridade competente, cujo bem jurídico tutelado é a segurança dos meios de comunicação. Argumentou o ente público que “a instalação e utilização de aparelhagem clandestina podem causar distúrbios em serviços autorizados de radiodifusão, televisiva, navegação marítima e aérea, configurando uma infração penal de evidente perigo”.

14 MAR 2015

IMPACTO PARANÁ

RUY BARROZO ASSUME COMUNICAÇÃO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O jornalista Ruy Barrozo ascendeu a um dos cargos de maior importância na área de comunicação no governo do Estado do Paraná. Ruy foi convidado a compor a equipe do atual presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Des. Paulo Vasconcelos, na assessoria de imprensa do Tribunal, vinculado diretamente ao gabinete da Presidência que representa todo o judiciário na esfera estadual.

O Des. Paulo Vasconcelos que elegeu-se presidente de forma independente, sem recorrer a chapas ou grupos fechados de desembargadores, com a promessa de renovar e repensar a forma de administrar o judiciário está mostrando a que veio. Com um método legal-administrativo irretocável vem gerindo o judiciário de forma justa e humana tendo chamado os melhores profissionais do mercado e do próprio quadro de servidores do Tribunal para auxiliá-lo na titânica tarefa de aproximar o Direito e a Justiça.



SOBRE RUY

Ruy Barrozo é comunicador social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, já escreveu suas colunas para mais de 20 veículos do Paraná, sendo lido em todas as regiões do Estado. Já esteve no Jornal do Estado, em tempos em que o jornal era um dos principais veículos impressos do Paraná, Folha de Londrina/Folha do Paraná, Gazeta do Paraná (como também diretor de redação), Revista Quem, Revista Curitiba É, Revista Diva, Diário do Paraná, Indústria & Comércio, Curitiba-Metrópole, Revista TOP View, Semana no Litoral, Plus Magazine (EUA, como correspondente), Jornal do Batel, Correio Paranaense entre outros. Na rádio e na TV já ancorou o programa Social Light (Transamérica Light), e como colunista social e de eventos no programa de Ogi-er Buchi (Rede Mercosul). É o embaixador da marca Havaianas no Paraná.

Nascido em família notória, responsável por grandes veículos de comunicação do Estado, desde criança conviveu no meio da imprensa e da sociedade VIP curitibana. Hoje é o mais tradicional colunista social de Curitiba, um dos mais respeitados e lidos pelos formadores de opinião, políticos e sociáveis.

14 MAR 2015

IMPACTO PARANÁ

CASCVEL

Mano Preisner
AUXÍLIO-MORADIA

PARA OS CONSELHEIROS

Quero parabenizar os Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Paraná pela obtenção do auxílio-moradia, vindo após o reconhecimento dos direitos da categoria, que tanto trabalha.

Na verdade, o valor a que teriam direito, o justo, seria maior que os R\$ 4.377 concedidos, com retroatividade, claro, que ninguém é de ferro. Mas num gesto de extrema benevolência, até em homenagem aos contribuintes paranaenses, eles aceitaram reduzir o auxílio. Acho correta a concessão. Que são 100.000 reais mensais divididos por milhões de paranaenses? Também porque, afinal, os coitados têm que ter um teto, um abrigo na Curitiba de clima tão ingrato. Só o que faltava era um estado tão rico ter Conselheiros morando embaixo do viaduto. E se o Sérgio Moro, que não faz nada além de perseguir aqueles inocentes empreiteiros e diretores da Petrobrás, recebe, porque eles não teriam direito?

CONSELHEIROS II

Cumprimentos especiais para os conselheiros Nestor Batista e Artagão de Mattos Leão, por ganharem na justiça perto de 400.000 reais que o povo lhes devia, referentes a férias não gozadas, multas, etc... Tá mais que na hora dos brasileiros aprenderem a reivindicar seus direitos. Nestor e Artagão dão uma demonstração de cidadania. Chega de assistir passivamente o povo explorar esses pobres conselheiros, que tanto contribuem para o progresso do estado.

IMPACTO PARANÁ

JUSTIÇA

Osmann de Oliveira
- Advogado

14 MAR 2015

ÀS VEZES É MELHOR SER BANDIDO

Policiais Militares, Policiais Civis, Guardas urbanos, e todos os demais profissionais ligados a área de segurança, têm medo de enfrentar os bandidos. É que depois se arriscam a ser processados como se verá.

E é nisso que repousa o des-crédito aparente das instituições. É que, embora atuando preventivamente, os policiais se vêm à frente de marginais e são obrigados, até, em defesa própria de usar a força.

Hoje os policiais andam receosos. É suficiente que qualquer um, mesmo através de familiares, vá queixar-se de que foi agredido ou ofendido, ou injuriado, para que o Policial, com (P maiúsculo), sofra interpelação na unidade que sirva, responda a inquérito, ou seja, afastado do cargo. Agora o infrator não. Se for autuado em flagrante e é recolhido, pode um Juiz ir ao local aonde se encontra, a fim de verificar se as instalações são adequadas; internamente o detido passa a ter regalias que nem sempre lhes deveriam ser concedidas, tais, como encontros íntimos, televisor, computador e telefone celular. Ah sim, tem outra coisa que é de caráter cautelar não só para os carcereiros como, também, para o próprio acusado: é o exame de sanidade física para saber se tem alguma lesão.

Geralmente dá negativo. Isso não significa que não venha, posteriormente, a sofrer algum tipo de lesão. Afinal a análise só vale quando entra na cadeia, mas não é submetido há nada durante o tempo que ali permanece, ou mesmo, quando sai.

As leis atuais são de caráter benéfico para os presos. Todos procuram ajudá-los. É justo e é humano. Pena que os mesmos favores não sejam outorgados às vítimas ou aos seus familiares. Basta ver que ninguém se encoraja em pedir indenização ao Estado por danos sofridos. Sabem que num Estado que não paga nem precatórios impostos pela Justiça, jamais irá indenizar a quem quer que seja. Pode sim o Estado é exonerar policiais para contratar outros. É por isso que a segurança pública não passa de um mito ou de demagogia!...

14 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

EDILSON PANICHI

Casamento ou união estável?

Edilson Panichi

No meio jurídico se depara com todo e qualquer tipo de manifestação de vontade, algumas até inusitadas. A título de exemplo dessas situações um caso interessante surgiu no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Uma determinada família contratou uma cuidadora para o único filho do casal que é portador de esquizofrenia grave, com idade mental comparável a de uma criança de sete anos. Com o falecimento dos pais, uma das tias do rapaz moveu ação de interdição com a finalidade de gerir os bens advindos do inventário que, à época, totalizavam aproximadamente o montante de R\$ 1,5 milhão.

A cuidadora com o passar dos anos e após a morte dos pais de seu cliente, sabedora da condição financeira da família, da incapacidade de discernimento do rapaz e de posse dos documentos pessoais de seu paciente, iniciou os trâmites para habilitação do casamento e firmou pacto antenupcial estabelecido no regime de comunhão universal de bens.

Ocorre que, após o conhecimento da ação de interdição movida pela tia do rapaz, a cuidadora desistiu do casamento e optou em acionar o Judiciário para tentar o reconhecimento de união estável alegando relação afetiva, pois no decorrer dos anos o convívio com o paciente que era estritamente profissional se transformou em uma linda história de amor.

No processo de reconhecimento de união estável o juízo de 1º grau julgou improcedente a ação. A cuidadora recorreu ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e obteve êxito em sua pretensão. A reforma da sentença levou em consideração o depoimento do médico psiquiatra do rapaz que foi incisivo em afirmar que o paciente não tinha capacidade de gerir sua vida financeira, entretanto, tinha discernimento para entender relações conjugais e firmar laços afetivos.

A tia do rapaz recorreu da decisão para o Su-

premo Tribunal Federal o qual não reconheceu a união estável pleiteada pela cuidadora. Para o ministro relator do caso “o rapaz não possuía nenhuma compreensão quanto ao ato que fora induzido a praticar. Encontrando-se o indivíduo absolutamente inabilitado para compreender e discernir os atos da vida civil, também estará, necessariamente inabilitado, para viver e entender, em toda a sua extensão, uma relação marital, cujo propósito é de constituir família, por tal razão, não pode ser manifestado de modo voluntário e consciente”.

Para o ministro essa decisão está pautada nos preceitos estabelecidos a respeito da união estável insculpidos no artigo 226, § 3º da Constituição Federal e no Código Civil no tratamento previsto para o casamento que estabelecem

normas legais inerentes à capacidade civil para contrair núpcias. Para que se reconheça juridicamente o instituto da união estável à condição de entidade familiar, são necessários alguns requisitos essenciais, quais sejam: relação afetiva entre homem e mulher, de convivência pública, contínua e duradoura – no sentido de estabilidade – e com o objetivo de constituir família, se faltar algum desses requisitos na relação afetiva, não se vislumbra a hipótese de caracterização da união estável.

Vale ressaltar que a diversidade de sexos para a

caracterização da união estável foi vencida pelo julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República e pelo governo do Rio de Janeiro, cujo mérito discutia especificamente a possibilidade de equiparação da união estável entre pessoas do mesmo sexo à entidade familiar.

EDILSON PANICHI é advogado especialista em Direito de Família em Londrina

66

Para que se reconheça juridicamente o instituto da união estável à condição de entidade familiar, são necessários alguns requisitos essenciais

14 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

MP denuncia deputado por irregularidades na AL

Alexandre Curi teria autorizado licitação para contratar serviços de propaganda em revista do ex-secretário de Comunicação Fábio Campana

Reportagem Local

Curitiba - O Ministério Público (MP) do Paraná apresentou anteontem nova denúncia relacionada à Assembleia Legislativa (AL) do Paraná. Desta vez, o acusado é o deputado estadual Alexandre Curi (PMDB). Segundo a RPC TV, as irregularidades foram cometidas no tempo em que o peemedebista ocupava o cargo de primeiro secretário da Casa. A ação de improbidade administrativa envolve ainda o ex-secretário estadual de comunicação Fábio Campana, o ex-diretor da AL Abib Miguel, conhecido como Bibinho, e mais três pessoas. Curi e Bibinho já respondem a outros processos por desvio de verbas, no caso dos "Diários Secretos".

A emissora teve acesso ao teor da ação criminal enviada pelo MP ao Tribunal de Justiça (TJ). À FOLHA, porém, o órgão informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que não iria se manifestar sobre o assunto, uma vez que ele corre em segredo de Justiça. O mes-

mo aconteceu dois dias antes, quando o telejornal revelou que a despesa mensal com os servidores do gabinete do ex-presidente do Legislativo Nelson Justus (DEM) saltou de R\$ 83 mil, em fevereiro de 2007, quando ele tomou posse, para R\$ 1 milhão, em novembro de 2009. Justus e Curi faziam parte da mesma gestão.

De acordo com o novo processo, Campana venceu, entre 2005 e 2009, licitações para escrever matérias sobre as atividades dos parlamentares em uma revista publicada pela editora dele. Ainda conforme a TV, as licitações foram promovidas por Abib Miguel na forma de carta convite, que é quando o órgão público chama empresas para participar. Os pagamentos feitos ao ex-secretário foram autorizados por Curi.

Os promotores consideraram a prestação do serviço ilegal por três motivos. Primeiro porque Campana era funcionário efetivo da AL e, pela lei, servidores públicos

não podem participar de licitações no local onde trabalham. Eles também chegaram à conclusão de que os textos publicados serviam para enaltecer gestões e a atuação dos deputados estaduais, não trazendo informações relevantes para a população, o que não se pode fazer com o dinheiro público, porque fere o princípio da impessoalidade.

O MP suspeita, ainda, que houve pouca concorrência nos pregões, já que deles sempre participavam as mesmas companhias. Os promotores estranharam que, em uma das licitações, em 2007, todas as propostas de preços das empresas foram entregues na mesma data e foram preenchidas com máquina de escrever. No processo, os promotores pedem o bloqueio dos bens dos seis acusados e reque-rem que eles devolvam o dinheiro aos cofres públicos. Também estipulam uma multa, no valor total de mais de R\$ 1,3 milhão.

CONTINUA

14 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

OUTROLADO

A reportagem não conseguiu contato ontem com o deputado estadual. O peemedebista enviou nota à RPC afirmando que o Tribunal de Contas (TC) decidiu, por unanimidade de votos, tirar dele a responsabilidade pelos processos licitatórios da AL. O advogado de Bibinho, Eurolino Reis, disse que não conhece o teor da denúncia e que, por isso, não poderia se manifestar a respeito. “Não sei quais são as costumeiras besteiras que o Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, ligado ao MP), escreveu desta vez”, ironizou, por telefone.

Já Fábio Campana publicou um texto em seu blog chamando de infundadas as informações veiculadas pelo telejornal. “Eu repilo todas essas acusações”, escreveu. Na nota, ele diz que a denúncia original ao MP partiu de membros do PT, notadamente do ex-deputado Florisvaldo Fier e do deputado estadual Professor Lemos, “o que revela, desde logo, o viés político que procura a retaliação como resposta ao posicionamento crítico constante de meu trabalho jornalístico ao lulopetismo, aos corruptos do Lava Jato, aos gangsteres do mensalão, enfim, aos responsáveis pela corrupção em que afundaram a Nação”.

Em sua defesa, Campana afirma que a revista publicou matérias de produção e responsabilidade da AL. “O conteúdo dessas publicações foi de inteira responsabilidade do Departamento de Divulgação da Assembleia. Nunca houve participação editorial da revista.” Também diz que o serviço foi licitado, “em processo legal e legítimo”. Quanto ao fato de ser, na época, funcionário concursado da Casa, ele argumenta que a AL, que homologou a licitação e fez o contrato, não viu a irregularidade. O ex-secretário fala ainda que irá se defender na Justiça, “a instância civilizada”.

14 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

MP denuncia prefeito de Prudentópolis por 23 crimes

Luis Fernando Wilteburg
Reportagem Local

O Ministério Público (MP) protocolou ontem denúncia contra 23 crimes supostamente cometidos pelo prefeito afastado de Prudentópolis (Sudeste), Gilvan Agibert (PPS). Segundo as investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Guarapuava, o prefeito agia como mentor de uma quadrilha destinada a praticar crimes em prejuízo da administração municipal.

De acordo com o MP, o prefeito montava empresas em nome de laranjas para participar de licitações ou que eram subcontratadas pelas vencedoras dos certames. Apesar de as empresas serem contratadas e pagas para executar os serviços, tudo era feito com maquinário e pessoal da administração municipal.

A investigação também apurou que o prefeito receberia propina de empreiteiras, interferia nos processos para manter empresas afastadas dos processos licitatórios e favorecia pessoas próximas a ele nos certames.

A denúncia apresentada à 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná o acusa de falsidade ideológica, desvio de rendas públicas, utilização indevida de bens do município, corrupção passiva, concussão, crimes contra a lisura nas licitações e defesa indevida de interesses de particulares.

Outras 29 pessoas respondem pelas mesmas acusações em processo protocolado na Justiça de Prudentópolis. Entre elas estão 17 empresários, dois filhos do prefeito, nove servidores municipais e um estadual.

Agibert chegou a ser detido, em fevereiro, ao receber dinheiro de um empresário do ramo de coleta de lixo, em Curitiba. Apesar de ser acusado de corrupção passiva e ativa, o prefeito conseguiu direito à liberdade, mas decisão do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná o manteve afastado do cargo. A FOLHA deixou recado na casa de Agibert, mas ele não retornou a ligação. A assessoria de imprensa da prefeitura disse que não se manifestaria porque o prefeito está afastado e só responde pela administração do vice, Adelmo Klosowski (PPS).

14 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Ex-vereador e empresário são indiciados por estupro de vulnerável

Lucio Flávio Cruz

Reportagem Local

Londrina - O ex-vereador Alvaír de Souza e o empresário Íris Matos Vieira foram indiciados por favorecimento à prostituição e estupro de vulnerável nos inquéritos concluídos ontem pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). A investigação apontou que os suspeitos teriam participado de programas sexuais com 14 adolescentes, entre elas duas menores de 13 anos.

De acordo com o delegado do Gaeco, Ernandes Cezar Alves, as relações sexuais começaram em 2002 e ocorreram até o ano passado e os suspeitos pagavam entre R\$ 250 e R\$ 300 por programa. "Identificamos que o Íris teve relacionamento com oito meninas, sendo uma de 13 anos, e o Alvaír, com seis, além de uma de 13 também", frisou Alves.

Segundo a investigação, os suspeitos foram citados pelas vítimas e também pelas três supostas aliciadoras - Sandra Soares, Eliane Ribeiro e Mayara Aparecida Alves - já indiciadas em outros inquéritos. "Os indiciados tinham os contatos das vítimas e também

das aliciadoras, que colaboravam fornecendo os dados dos usuários e das adolescentes", ressaltou o delegado. Os dois estão presos desde o dia 6 de março. Os advogados dos indiciados não retornaram às ligações da reportagem.

O Gaeco já finalizou 11 inquéritos na investigação que apura uma possível rede de exploração sexual de adolescentes em Londrina, que envolveria agentes públicos, um assessor político e empresários. Desde janeiro, dez pessoas já foram presas, das quais oito permanecem detidas. Outros cinco inquéritos seguem abertos.

O Gaeco informou que os empresários José Eliseu da Silva Pereira e Renato Maestre de Menezes são procurados pela polícia desde o dia 6 de março, quando Alvaír de Souza e Íris Vieira foram presos. A dupla é investigada por supostamente ter mantido, cada um, relações sexuais com pelo menos seis adolescentes com idades entre 14 e 17 anos. O mandado de prisão preventiva foi expedido pela Justiça no dia 5.

Conforme a investigação, os crimes teriam ocorrido entre 2012 e 2014. Os foragidos foram procurados nos endereços residenciais e comer-

ciais, além de terem sido cumpridos mandados de busca e apreensão nos imóveis.

"O advogado do José Eliseu nos procurou e prometeu apresentar o seu cliente, mas como isso não aconteceu ele segue sendo procurado", explicou Ernandes Alves. O delegado afirmou que os dois teriam vínculos com os demais suspeitos e um deles tinha o costume de se hospedar em um motel de Londrina. "Eles tinham contato com as mesmas aliciadoras identificadas na investigação. Elas intermediavam os encontros com as adolescentes", ressaltou.

14 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça mantém Battisti livre

Gustavo Uribe
Folhapress

São Paulo - O italiano Cesare Battisti foi solto no fim da noite de quinta-feira. O advogado de Battisti, Igor Sant'Anna Tamasauskas, informou que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região aceitou o pedido de liberdade provisória feito pela defesa. A decisão do juiz federal Cândido Ribeiro determinou "o imediato cumprimento" do pedido liminar

de soltura. Na decisão, o magistrado deixou claro que não compete à Justiça Federal modificar decisões tomadas por instâncias superiores. "Com o habeas corpus, o caso foi resolvido com a celeridade que precisava e a Justiça foi feita", disse Ta-

masauskas. "Agora acreditamos que as coisas irão entrar no eixo", acrescentou. Battisti havia sido detido pela Polícia Federal na tarde de quinta e conduzido para a superintendência da PF de São Paulo.

Atendendo a um pedido do Ministério Público, a juíza Adverci Rates, da 20ª Vara Federal de Brasília, determi-

nou, no último dia 26, a deportação do italiano. Integrante do grupo PAC (Proletários Armados pelo Comunis-

mo) nos anos 1970, Battisti foi condenado à prisão perpétua pela Itália sob acusação de ter cometido quatro assassinatos. Ele conseguiu fugir da Itália, morou alguns anos na França, passou pelo México e, em 2004, veio para o Brasil.

**"Agora acreditamos
que as coisas
irão entrar no eixo"**

MILITÃO Páscoa Solidária

De 16 a 26 de março, a OAB Londrina estará recebendo doações de caixas de chocolate Bis para a campanha Páscoa Solidária 2015. Com

as doações, a entidade, através do Núcleo OAB Jovem de Londrina, pretende presentear 500 crianças das instituições filantrópicas

Casa de Maria, Lar Anália Franco e CEI Imaculada Conceição. As doações poderão ser entregues nas salas da OAB no Fórum Cível, no Fórum Trabalhista e no Fórum da Justiça Federal e em todas as salas da Ordem, nos Fóruns de Cambé, Ibiporã e Rolândia, e na sede da OAB local, à Rua Governador Parigot de Souza, 311. A solicitação da doação de caixas de Bis é em razão da padronização dos enfeites de Páscoa que serão feitos.

Justiça suspende teto de reajuste para o Fies

Brasília - Instituições de todo o País ganharam decisão liminar na Justiça que suspende o teto de reajuste de 6,4% das mensalidades de cursos inscritos no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A partir deste ano, o Ministério da Educação estipulou esse índice para a renovação de contratos, ou para os pedidos feitos a partir deste ano. A decisão, obtida na última segunda-feira, vale para as mantenedoras filiadas à Fenep (federação de escolas particulares). Segundo a presidente da entidade, Amábile Pacios, a medida atinge cerca de 1,5 mil instituições de Ensino Superior, espalhadas por 19 estados. "No fundo, isso vai acabar se estendendo para todo mundo, porque as outras vão pedir isonomia", avalia. O MEC pode recorrer. Recentemente, uma instituição de Rondônia e o sindicato de mantenedoras de instituições de ensino de Alagoas receberam decisões favoráveis na Justiça. Além dessa ação, a Fenep é autora de outro questionamento, para derrubar todas as novas regras do Fies, como a redução do fluxo de pagamentos e exigência de desempenho mínimo no Enem.

15 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

DEBATE POLÊMICO

Delação premiada opõe procuradores e criminalistas

Colaboração acordada com alguns réus da operação Lava Jato divide opiniões de membros do Ministério Público Federal e de advogados. Enquanto o MPF defende o uso da lei 12.850/2013 para investigar crimes de corrupção por garantir a obtenção de provas mesmo quando não há rastros da prática de crimes, especialistas em Direito questionam legitimidade do instrumento e apontam suposta coação e desrespeito às garantias legais dos investigados

15 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Críticos denunciam 'falta de legitimidade'

Na opinião de criminalistas,
prisões preventivas não
deveriam ser usadas para
produzir provas

*Para advogado,
delação abre portas para
procedimentos ilegais*



O juiz federal Sergio Moro, articulador
dos acordos com réus da Lava Jato

CONTINUA

15 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Carolina Avansini

Reportagem Local

Critico da delação premiada como caminho para obter provas em processos criminais, o advogado criminalista Alessandro Silvério, professor da Universidade Positivo, enfatiza porém que trata-se de um instituto legal previsto em lei. "Não faria acordos de delação, mas reforço que existe uma lei regulamentando o instituto", afirma.

Para ele, a delação "camufla a capacidade dos órgãos investigadores de investigar e abre portas para procedimentos ilegais". O problema, segundo Silvério, está no cunho inquisitorial do processo penal brasileiro. "O juiz manda prender para negociar a delação", afirma, apelando a um exemplo concreto para criticar os acordos. "Na Operação Lava Jato, todos os políticos nominados o teriam sido sem a delação? O Estado tinha provas contra eles?", questiona.

Silvério recorre ao exemplo dos Estados Unidos para apontar as possíveis falhas do uso da delação premiada no Brasil. "Nos Estados Unidos o instituto também é previsto, mas o protagonismo na produção das provas é da defesa e da acusação. Tanto que os réus podem responder em liberdade sob fiança. No Brasil, o juiz manda prender para produzir as provas", opina.

O advogado defende que as consequências da Operação Lava Jato levem o Judiciário a repensar este tipo

de colaboração. "A polícia deveria ser mais preparada para produzir provas, evitando que a delação seja sempre o único recurso", espera, lembrando que Polícia Federal e Ministério Público (MP) evoluíram muito em termos de independência na condução das investigações. "É fruto do amadurecimento democrático do País", avalia, sem poupar, contudo, o momento atual de mais críticas. "Hoje, abrimos mão da liberdade em nome da segurança, o que fica evidente quando a sociedade aprova todas as leis que aumentam a pena para qualquer crime. É um momento perigoso", acredita.

Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa ao Direito de Defesa (IDDD), o advogado Augusto de Arruda Botelho também reconhece a delação premiada como instituto garantido pela lei, mas possui a escolha pessoal de não utilizá-la por acreditar que trata-se de coação. "Há uma prisão ilegal e em seguida o réu é coagido a fazer a delação. A prisão tira a espontaneidade da confissão", acredita.

Outra ilegalidade, segundo ele, é que no início das negociações o réu tem que desistir de seus recursos apresentados à Justiça. "É um desrespeito às garantias legais", avalia.

O advogado também cita o exemplo da Operação Lava Jato para denunciar a banalização do instituto da delação premiada, principalmente por causa da utilização da prisão provisória

como incentivo para conseguir o acordo de colaboração. "O Brasil tem mais presos provisórios do que condenados nas prisões. É hora dos tribunais analisarem de forma mais firme a delação", comentou.

CONTINUA

15 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

No Brasil, prática é usada desde meados de 1980

O subprocurador-geral da República Nicolao Dino, presidente da Câmara de Combate à Corrupção do Ministério Público Federal (MPF) esclarece que, no Brasil, a primeira vez que uma lei referiu a colaboração premiada foi em 1986, há quase 30 anos. Desde então, o instituto vem sendo usado como importante ferramenta de investigação de crimes de corrupção, como no caso Banestado, que teve acordo de colaboração premiada firmado com o próprio doleiro Alberto Youssef, e mais recentemente no Mensalão.

O instituto é previsto em duas convenções internacionais, a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, também conhecida como Convenção de Palermo, e a Convenção

das Nações Unidas contra a Corrupção. "Existe um movimento internacional para otimizar a ação do estado nas investigações", defende.

Na Itália, a colaboração premiada acordada com o mafioso Tommaso Buscetta na chamada Operação Mãos Limpas, conduzida pelo juiz Giovanne Falconi na década de 1990, foi fundamental para levar à justiça italiana informações importantes sobre o funcionamento da Máfia e identificação de chefes e membros da organização criminosa. Buscetta, que foi preso no Brasil, decidiu colaborar depois de ter dois filhos mortos - durante a segunda guerra da Máfia - por membros da "famiglia mafiosa" da cidade de Corleone.

"A operação Mãos Lim-

pas não teria sido o que foi sem a colaboração premiada. Foi possível quebrar uma grande estrutura a partir da colaboração do Buscetta", analisa o procurador.

Ele reforça que as organizações criminosas de maior grau de complexidade usam inovações tecnológicas para ocultar provas e produtos de crimes. "O estado tem dificuldades de detectar elementos de materialidade das provas. A colaboração premiada permite chegar a informações a partir de uma fonte privilegiada de dentro da organização, dando mais eficiência ao processo", esclarece.

Destaca, porém, que a inibição de novas condutas criminais não depende apenas da apuração dos crimes. "Depende também de maior eficiência do estado na responsabilização dos agentes dos crimes, utilizando efetivamente as sanções previstas na legislação, aplacando o sentimento de impunidade", diz. (C.A.)

*As organizações mais complexas
usam inovações tecnológicas
para ocultar provas
e produtos de crimes*

15 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Aperfeiçoamento jurídico

Na próxima terça-feira, às 18 horas, será instalado, na sede da OAB-PR, em Curitiba, o Instituto Brasileiro do Tribunal do Júri (IBTJ). Segundo o procurador de Justiça aposentado Osman de Santa Cruz Arruda, a entidade tem como objetivo “aperfeiçoar o conhecimento e desenvolver, dentro da teoria científico-jurídica, a experiência prática na área”. Também na solenidade de instalação do Instituto Brasileiro do Tribunal do Júri, será lançado o livro “Júri – Técnica e Tática”. A obra, organizada por Osman Arruda, traz uma coletânea de temas elaborados por procuradores e advogados, apresentando ainda um dicionário de medicina legal.

OSWALDO MILITÃO



13 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

A resposta do Supremo a Dilma

Em resposta a omissão da presidente Dilma Rousseff, que até hoje não indicou o substituto do ministro Joaquim Barbosa, deixando desfalcada a 2.^a Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), justamente a que analisará a maioria dos inquéritos que apuram as fraudes na Petrobrás, o ministro Gilmar Mendes propôs uma mudança que tira da chefe da Nação influência nos julgamentos do caso.

Cada uma das Turmas tem cinco membros. Como a 2.^a Turma vem atuando há quase oito meses com apenas quatro juízes, Dilma poderia indicar algum jurista de sua confiança política – como o chefe da Advocacia-Geral da União, Luís Inácio Adams, ou o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo – para substituir Barbosa. Para evitar o risco de o ministro novato ser escolhido por conveniências do momento e poupar a principal Corte do País de um desgaste institucional, Gilmar Mendes pediu a um dos membros da 1.^a Turma que trocasse de posição e o ministro Dias Toffoli aceitou a proposta. Ex-advogado do PT, ele chegou ao STF por indicação do presidente Lula. No dia seguinte à divulgação da troca de turma, Toffoli, que também preside o Tribunal Superior Eleitoral, reuniu-se com o ministro da Justiça e com a presidente da República. Segundo ele, a reunião estava agendada “há tempo” para discutir um

projeto de criação de um documento único de identidade.

Acertada nos bastidores, a mudança é prevista pelo regimento do Supremo. Sua efetivação dependia apenas de autorização do presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski. Presidida por Teori Zavascki, que fez declarações públicas de apoio à mudança, a 2.^a Turma é integrada pelo decano da Corte, José Celso de Mello Filho, pela ministra Cármen Lúcia Rocha e pelo próprio Gilmar. Com Dias Toffoli, ela ficará completa e não haverá a possibilidade de haver empate nas votações que envolvem os inquéritos e as ações da Operação Lava Jato. Somente os casos envolvendo os presidentes da Câmara, deputado Eduardo Cunha, e do Senado, Renan Calheiros, serão decididos pelo plenário.

Segundo Gilmar, a transferência de Toffoli tira do ministro a ser indicado pela presidente Dilma o “constrangimento” de iniciar suas atividades com o peso de julgar processos de tanta relevância política. Ele também lembrou que o número par de integrantes na 2.^a Turma poderia provocar empate nas votações – o que, em matéria penal, beneficia automaticamente o réu.

“Estamos há oito meses com a composição incompleta, o que afeta o funcionamento do tribunal. Essa composição incompleta apresenta inconvenientes jurídicos e políticos, especialmente agora que vamos iniciar a análise dos inquéri-

tos”, afirmou Gilmar Mendes. Para ele, Dilma criou uma “situação grave e anômala” para o Supremo. “Já se registraram situações de empate em vários outros processos, o que evidencia que a inércia da senhora presidente da República culminou por interferir nos resultados dos julgamentos desta Suprema Corte”, disse, por sua vez, o ministro José Celso. Na abertura das atividades do Poder Judiciário, em fevereiro, vários ministros classificaram como “menosprezo institucional” a demora de Dilma para indicar o substituto de Barbosa.

Tentando refutar essas críticas, o ministro José Eduardo Cardozo alegou que a Constituição não fixa prazo para a indicação de ministros dos tribunais superiores e que o atraso se deve ao modo “criterioso, cuidadoso e aprofundado” de decidir de Dilma. A justificativa não é convincente. Para impedir que a omissão da presidente afete o funcionamento do STF e dos tribunais superiores, um senador da base aliada – Blairo Maggi (PR-MT) – apresentou Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que estabelece prazo para as indicações – se não for respeitado, elas serão feitas pelo Senado. “Uma nação da envergadura e do respeito do Brasil não pode ficar sujeita a vicissitudes dos governantes”, disse ele.

A PEC tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o apoio de vários partidos. Se for aprovada, será mais uma derrota de Dilma.

13 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Após juíza decidir por deportação, PF prende Battisti

Ex-ativista condenado na Itália por homicídio foi detido em casa, em Embu das Artes; defesa recorreu à decisão que considera 'absurda'

Andreza Matais / BRASÍLIA
Ricardo Chapola

A Polícia Federal prendeu no final da tarde de ontem o ex-ativista Cesare Battisti para fins de deportação. Este caso se difere da extradição, e o italiano deve ser encaminhado para a França. A defesa de Battisti entrou com recurso pedindo a soltura do ex-ativista. Battisti foi preso na cidade de Embu das Artes, na Grande São Paulo, e foi levado para a Superintendência da PF na capital paulista.

A PF cumpriu uma decisão da 20.^a Vara da Justiça Federal. Battisti foi preso no endereço que seria sua atual moradia, no bairro de Vila Carmem, em Embu das Artes, mas que não foi informado à Justiça como manda a lei. Segundo policiais que participaram da ação, Battisti estava tranquilo no momento da prisão. Já na Superintendência da PF, o ex-ativista se mostrou resignado e pediu para ligar para seus advogados, pedido que foi prontamente atendido.

O advogado de defesa de Battisti, Igor Sant'Anna Tamasauskas, classificou a prisão de "absurda, ilegal e inconstitucional". De acordo com ele, o ex-ativista chegou "sereno, porém revoltado" e sem algemas à sede da PF. À noite, segundo Tamasauskas, o Tri-

bunal Regional Federal da 1.^a Região estaria analisando a soltura do italiano, o que não correu até a conclusão desta edição. No agravo de instrumento apresentado pela defesa é alegada a "inconstitucionalidade" da prisão. Mais cedo, quando o oficial de Justiça chegou ao local, o advogado informou aos jornalistas presentes que o recurso já havia sido aceito, mas recuou pouco tempo depois. "Estamos fazendo o possível para revogar uma decisão absolutamente absurda. Ele não foi sequer intimado da decisão. Não existe essa hipótese", afirmou Tamasauskas. "Isso é uma violência tremenda a Cesare Battisti."

Irregular. Em sentença do dia 26 de fevereiro, a juíza Adverci Rates Mendes de Abreu, da 20.^a Vara Federal em Brasília, acolheu ação civil da Procuradoria da República e considerou irregular a concessão de visto permanente ao italiano e concluiu que ele deve ser deportado. Ex-militante do grupo italiano Pro-

AGU contesta prisão

A Advocacia Geral da União ingressou com agravo de instrumento na Justiça para contestar a prisão de Cesare Battisti. Não há nesse recurso juízo sobre se ele deve ficar ou não no Brasil.

letários Armados para o Comunismo, Battisti foi condenado naquele país à prisão perpétua por envolvimento em quatro assassinatos cometidos nos anos 1970. Por isso, segundo a decisão da Justiça Federal, o Conselho Nacional de Imigração (CNI) não poderia ter dado a ele o visto permanente.

"No presente caso, trata-se, na verdade, de estrangeiro em situação irregular no Brasil, e que por ser criminoso condenado em seu país de origem por crime doloso, não tem o direito de aqui permanecer, e portanto, não faz jus à obtenção nem de visto nem de permanência. Ante o exposto, julgo procedente o pedido para declarar nulo o ato de concessão de permanência de Cesare Battisti no Brasil e determinar à União que implemente o procedimento de deportação aplicável ao caso", afirmou a juíza do caso.

Em janeiro de 2009, o governo brasileiro concedeu status de refugiado político ao ex-ativista italiano. Em novembro daquele ano, o Supremo autorizou a extradição de Battisti, pedida pela Itália, mas decidiu que se tratava de decisão soberana da Presidência da República. Em 31 de dezembro de 2010, último dia de seu mandato, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva recusou o pedido de extradição.

13 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Ex-juiz do caso Eike é investigado por lavagem de dinheiro

Flávio Roberto de Souza confessou ter desviado € 108 mil e US\$ 150 mil dos cofres da 3ª Vara Federal Criminal do Rio

Mariana Durão / RIO

Famoso pelas confusões no caso Eike Batista, o juiz federal Flávio Roberto de Souza agora é alvo de um inquérito aberto pelo Ministério Público Federal (MPF) para apurar a possível prática de crimes como peculato, fraude processual, subtração de autos e lavagem de dinheiro.

A pedido dos procuradores o Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região autorizou a quebra dos sigilos fiscal e bancário do magistrado, além de buscas e apreensões. A prisão preventiva de Souza, entretanto, foi negada.

A investigação dos atos do juiz foi iniciada após uma varredura realizada pela corregedoria do TRF na 3ª Vara Federal Criminal, da qual Souza era titular, identificar irregularidades em outros processos cautelares conduzidos por ele. A averiguação foi detonada pelo comportamento do juiz na condução dos processos contra o ex-bilionário. Além de dar declarações polêmicas sobre o réu, ele foi flagrado dirigindo o Porsche Cayenne apreendido na casa de Eike e levou bens como um piano do empresário para seu condomínio. Souza acabou sendo afastado do caso.

O resultado da inspeção acabou indo além, levando a Procuradoria Regional da República da 2ª Região a abrir o inquérito e pedir medidas cautelares. Entre elas, a quebra dos sigilos e as apreensões, solicitadas para reaver produtos dos crimes.

● **Apreensão**

A Polícia Federal apreendeu documentos e computadores que serão periciados, mas não localizou o dinheiro desviado. O MPF explica que pediu a prisão do juiz após ele omitir seu endereço.

Na segunda-feira o tribunal informou que a inspeção conduzida por uma junta de juizes constatou que o dinheiro apreendido do fundador do grupo X estava sendo guardado na própria vara comandada por Souza, o que seria irregular. A praxe é que o dinheiro fique depositado no Banco Central. O TRF confirmou o desaparecimento de R\$ 27 mil, US\$ 443 e 1.000 euros do total de R\$ 116 mil apreendidos de Eike Batista. Durante a varredura também teria sido verificado o sumiço de R\$ 600 mil recolhidos do traficante espanhol Oliver Ortiz de Zarate Martin, preso no Rio em junho de 2013, conforme revelou no fim de semana a revista *Veja*.

Segundo o MPF o juiz confessou ter desviado dos cofres da 3ª Vara Criminal €108 mil e US\$ 150 mil. A procuradoria diz que a guarda judicial do dinheiro estava em circunstâncias “prévia e ilicitamente articuladas para possibilitar o desvio”.

O dinheiro estava bloqueado pela Justiça em um processo criminal sobre tráfico internacional de drogas. O Ministério Público diz que o juiz proferiu decisões “virtuais e verbais” que possibilitaram o desvio de R\$ 290,5 mil depositados na Caixa Econômica Federal.

Procurado, o advogado Renato Tonini, que representa Souza, afirmou que está impedido de fazer declarações sobre o caso, que está sob sigilo.

Processo. As ações penais movidas contra Eike Batista continuarão a tramitar na 3ª Vara Federal Criminal do Rio. A corregedora nacional de Justiça, Nancy Andrighi, determinou que a redistribuição dos processos deveria seguir “os moldes do Código de Processo Penal e legislação correlata”. Com isso, o caso deverá ser assumido pelo juiz substituto Vitor Valpuesta.

13 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RAQ

A fila anda...

Enquanto Dilma não bate o martelo sobre o sucessor de Joaquim Barbosa no STF, a fila vai crescendo. O STJ acaba de encaminhar à presidente lista de três nomes para ocupar a vaga do ministro Arnaldo Esteves Lima.

Também ali, não há prazo para ela decidir.

A receber

A Sabesp vai aumentar a pressão sobre Mauá, Santo André e Guarulhos – que, juntas, lhe devem mais de R\$ 6,6 bilhões.

“Estamos solicitando o aumento do percentual dos pagamentos dos precatórios no TJ e o registro dos municípios no Cadastro de Inadimplentes do Estado”, avisa o advogado da empresa, Rubens Naves.!

14 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Teori Zavascki já se declarou impedido de julgar deputado

No ano passado, ministro se disse suspeito para julgar Germano; agora parlamentar é alvo da Operação Lava Jato

Débora Bergamasco / BRASÍLIA

O ministro Teori Zavascki, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, já se declarou impedido, em razão de relações pessoais, de julgar casos envolvendo o deputado José Otávio Germano (PP-RS). A declaração de impedimento ocorreu em junho do ano passado, na análise de um recurso envolvendo o parlamentar gaúcho num inquérito no qual era suspeito de peculato.

Agora, Germano é alvo de dois inquéritos que estão nas mãos de Zavascki. Além de ser alvo da investigação que apura a existência de organização criminosa na Petrobrás, Germano também é parte em um inquérito ao lado de Luiz Fernando Ramos Faria (PP-MG), que averigua crimes de lavagem de dinheiro e de corrupção passiva, também no âmbito da Lava Jato.

Indagado se pretende se declarar suspeito novamente em relação ao deputado, o ministro disse por meio de sua assessoria de imprensa que não irá se manifestar. Também não quis responder qual é exatamente a relação entre os dois.

Germano foi procurado diversas vezes desde quinta-feira em seu gabinete, por telefone e diretamente via celular, mas não retornou as ligações nem mensagens enviadas pela reportagem.

Fontes ouvidas pelo **Estado** afirmam que os dois têm relações de amizade do tempo em que moraram em Porto Alegre.

Peculato. No dia 3 de junho do ano passado, Zavascki se declarou suspeito e não participou do julgamento de um recurso movido pelo deputado. Em 25 de abril

de 2013, se absteve de deliberar sobre a abertura de ação penal para julgar suposta participação de Germano em crime de peculato, em investigação iniciada em 2009, pelo Ministério Público.

Caso o ministro se declare impedido também na Lava Jato, a relatoria dos inquéritos e processos que envolverem Germano será distribuída para outro ministro. Assim, Zavascki não participará das deliberações referentes ao parlamentar. Pela lei, é uma decisão subjetiva que cabe ao ministro proferir. Mas se Zavascki não se abster de apreciar questões relacionadas ao deputado, qualquer uma das partes do processo pode questionar sua isenção.

Se alguma das partes contestar a imparcialidade do ministro, por meio de medida chamada arguição de suspeição, o ministro arguido pode reconhecer sua suspeição. Nesse caso, o processo se encerra e ele é afastado. Se não, o processo é julgado pelo plenário. Caso o ministro relator seja declarado suspeito, seus atos são anulados e há novo sorteio para distribuição a outro relator, de acordo com o Glossário Jurídico do STF.

Povo saberá distinguir 'bem e mal', diz Janot

Beatriz Bulla / BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, reagiu ontem aos ataques que vem sofrendo por parte de parlamentares investigados na Operação Lava Jato e disse que a população saberá distinguir "bem e mal", "decência e vilania". Em evento com procuradores, ele pediu que a classe se mantenha unida e disse que "causa espécie que vozes do Parlamento, aproveitando-se de uma CPI instaurada para investigar o maior esquema de corrupção já revelado no País, tenham-se atirado contra a instituição que começa a desvelar a trama urdida contra a sociedade". "Os cidadãos que pagam impostos e que cumprem com seus deveres cívicos saberão, nessa hora sombria e turva da nossa história, distinguir entre o bem e mal", disse.

SÔNIA RACY

Sem segredos

Dias Toffoli propôs a Dilma, na quarta-feira, que o Brasil se associe ao IDEA Internacional, think tank com sede no Canadá dedicado à inovação em processos de governança. Além de explicar o Registro Nacional de Cidadania.

Nem sombra, insistiu à coluna, de falar sobre sua tarefa como relator da Lava Jato no STF.

Nossa fauna

O Ibama trava, há tempos, batalha judicial contra uma loja de brinquedos de Santa Maria (RS) que vende estilingues de plástico. Motivo? O instituto os considera uma "arma de destruição da fauna silvestre".

A loja ganhou no TRF gaúcho. E a palavra final será do STF.

Carlos Ayres Britto, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal

‘Operação é nova oportunidade de passar País a limpo’

Ex-ministro do Supremo diz que protesto, como movimento de expressão da cidadania, deve ser saudado com ‘foguatório’

Débora Bergamasco / BRASÍLIA

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto, que presidiu a Corte durante grande parte do julgamento do mensalão, acredita que as descobertas feitas pela Operação Lava Jato são “uma nova oportunidade de o Brasil se passar a limpo”. Mas lamentou o fato de que um possível julgamento do caso seja feito apenas por cinco e não por todos os ministros do STF. “Prefiro 11 pares de olhos a cinco pares de olhos repousando sobre o tema.” Aposentado compulsoriamente do Supremo por ter completado 70 anos em 2012, Britto trabalha agora como advogado e não representa ninguém ligado ao processo.

Em entrevista ao **Estado**, defendeu as manifestações populares marcadas para hoje contra o governo e as classificou como um ato de “cidadania” que “deve ser saudado com foguetório”. Para ele, sair com um cartaz escrito “Fora, Dilma” não é golpismo. Mas repudiava pedidos de impeachment porque “por enquanto, não é tecnicamente o caso”.

● O que vai significar para o Brasil o eventual julgamento de ações penais resultantes da Operação Lava Jato?

Uma nova oportunidade de o Brasil se passar a limpo. O que é bom e necessário. Thomas Jefferson, ex-presidente americano, dizia: “A arte de governar consiste unicamente na arte de ser honesto”. E (*o filósofo Immanuel*) Kant falava que duas coisas o fascinavam: “O céu estrelado sobre mim e a lei moral dentro de mim.” É desse tipo de exemplo e de prática que o Brasil está precisando e vai chegar lá. Vamos virar essa página de indecência, de corrupção, de assalto. Com isso, não estou fazendo prejulgamento, não. Mas todo processo penal é sempre uma oportunidade de o País se depurar nos costumes.

● Ao contrário do mensalão, as decisões sobre esse processo serão tomadas por apenas cinco ministros e não por todos os 11 integrantes da Corte. O que pensa sobre isso?

Claro que é mais dinâmico você ultimar colhendo apenas cinco votos, do que 11. Mas 11 votos terminam significando 11 experiências, 11 visões de mundo, 11 vocações jurídicas e com diversidade de profissões. Mas, segundo a própria imprensa, a visibilidade não será a mesma porque as sessões plenárias são mais assistidas fisicamente, recebem uma cobertura maior da mídia e a transmissão da TV Justiça é feita

em tempo real. O que se diz é que o processo perde em transparência e visibilidade.

● O senhor concorda que será menos transparente?

Concordo em partes. Porque em matéria penal, os processos da competência originária do Supremo podem desembocar em condenação e inclusive em reclusão. E quando está em jogo a própria liberdade de locomoção dos envolvidos, que é uma liberdade física ou corporal, eu prefiro 11 pares de olhos a 5 pares de olhos repousando sobre o tema no plano dos julgadores.

● Qual é a sua opinião sobre as manifestações anti-Dilma programadas para hoje?

Gosto dos movimentos significativos de cidadania ativada, com o cidadão participando da vida do seu País em plano dos interesses gerais. Cidadania é o segundo fundamento dos princípios fundamentais da República, o primeiro é a soberania popular. E por que cidadania vem logo depois de soberania? Porque o soberano é quem decide, você é soberano quando vota. O que é cidadania? Qualidade do cidadão, que é o habitante da cidade-Estado dos gregos, da polis. É aquele que se interessa por tudo que é de todos, que tem espírito público. Ele é ativo, dinâmico, orgânico, vertebrado, militante, engajado, é participativo das coisas respeitantes à polis.

CONTINUA

Tenho um tempinho para a minha mulher, para meus filhos, para o meu trabalho e sou indivíduo, mas tenho que reservar um pedaço do meu tempo para o coletivo, porque eu sou cidadão, não sou só indivíduo. Esse movimento de expressão da cidadania deve ser saudado com foguetório. Então estou de pleno acordo com esse movimento.

● Cabe impeachment?

Tenho essa preocupação de que a manifestação (*de hoje*) tenha por objeto central o impeachment porque, ao meu ver, não cabe. Não vamos enganar a cidadania. Vamos deixar claro que o caso do País não condiz com impeachment da presidente Dilma Rousseff, por enquanto. Até agora, não é tecnicamente o caso. Então, quando eu vejo o movimento afunilar para um pedido de impeachment, eu tenho que dizer: "Olha, exclua isso. E tudo mais pode incluir".

● Quando o manifestante segura um cartaz escrito "Fora, Dilma" é golpismo?

Não. Ele está dizendo que está insatisfeito, que está desaprovando o governo. É o livre exercício de uma crítica, de uma opinião fundada no que ele entende como requisitos mínimos para exercício do poder, e isso não é golpismo. E no Brasil não há condições de golpe. Pela história do Brasil, o risco estaria nas Forças Armadas, mas elas dão demonstrações de que o maior de todos os seus deveres é o de defender as instituições democráticas. Nós estamos mais e mais contando com toda a população para implantar uma nova cultura da decência, da honestidade, da lisura, daí essa reação coletiva diante das notícias de assalto aos cofres da Petrobrás. Nenhum povo sai às ruas, se manifesta, como deverá acontecer neste domingo, se não quando tem consciência de que a sua própria cultura está sendo violada. Isso é a exigência de que se fora

das instituições não há salvação, então o povo quer que as instituições funcionem. O copo d'água de tolerância com as disfunções institucionais transbordou. E isso é ótimo. d. Pedro Casaldáliga, bispo no Araguaia, disse que ética na política é "vergonha na cara e amor no coração".

● O senhor vai à manifestação programada para hoje?

Não iria às ruas porque eu saí do Supremo, depois de quase dez anos, com cabeça de juiz, que é equidistante, imparcial, isenta de apaixonamentos ideológicos, então já não me sinto muito à vontade.

● Durante o julgamento do mensalão, o senhor sofreu tentativa de pressão?

Nunca me senti pressionado e acho que é de se esperar que um ministro do Supremo tenha essa autoblindagem contra qualquer tipo de coação.

● Qual é sua opinião sobre os encontros entre o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e também com o vice-presidente da República, Michel Temer, dias antes da divulgação da lista de investigados na Lava Jato?

Primeiro precisaria saber qual foi o conteúdo da conversa, porque é muito natural que um procurador-geral da República converse com o ministro do Supremo, com o da Justiça. O importante é saber qual é o conteúdo. Parece que eles falaram que o conteúdo não foi esse.

● A data dos encontros não abre brecha para interpretações?

Sob essa ambiência de investigação do mais rumoroso caso da República, todo tipo de audiência pessoal entre autoridades do Executivo e autoridades do poder Judiciário ou ainda de autoridades do Executivo e autoridades do Ministério Público Federal, suspeições eclodem meio que inevitavelmente. Daí a formular um juízo de condenação, vai

uma grande diferença. Fica a critério do livre arbítrio e do senso de prudência de cada autoridade.

● Por que o senhor acha que o ministro do Supremo Dias Toffoli aceitou ir para a 2ª turma da Corte, onde serão apreciadas questões ligadas à Lava Jato? Honestamente, não sei o que o levou a migrar para a 2.ª turma.

● Mas qual é a intenção?

Olha, eu era da primeira 1.ª e mudei para a 2.ª. Era interessante conhecer a 2.ª turma, trabalhar com os outros colegas e chegar à presidência de lá também, desejo que realizei. Mas não foi para participar de nenhum julgamento específico.

CONTINUA

15 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

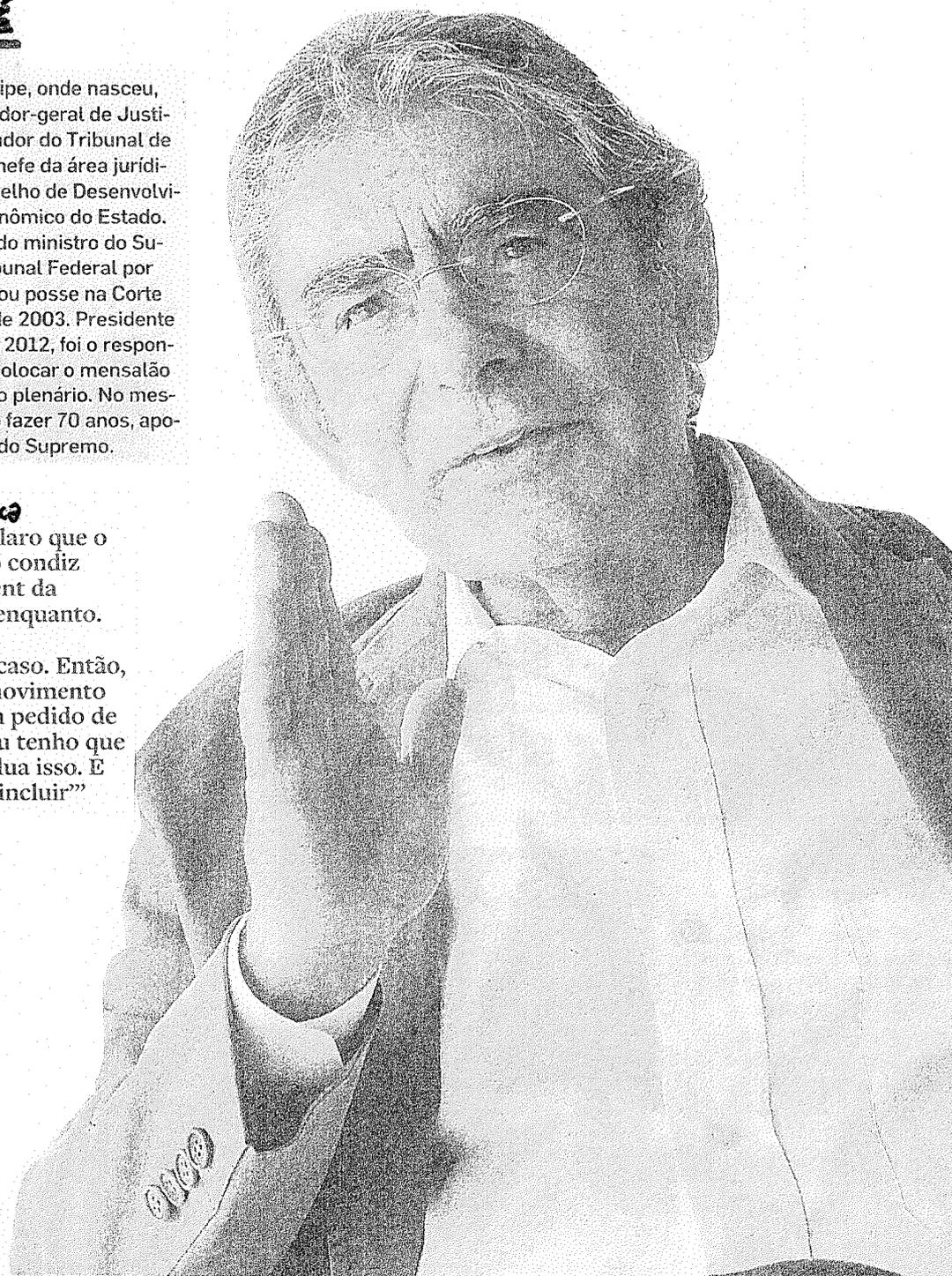
CONTINUAÇÃO

QUEM É

● Em Sergipe, onde nasceu, foi procurador-geral de Justiça, procurador do Tribunal de Contas e chefe da área jurídica do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado. Foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal por Lula e tomou posse na Corte em junho de 2003. Presidente do STF em 2012, foi o responsável por colocar o mensalão na pauta do plenário. No mesmo ano, ao fazer 70 anos, aposentou-se do Supremo.

● *Questão técnica*

“Vamos deixar claro que o caso do País não condiz com impeachment da presidente, por enquanto. Até agora, não é tecnicamente o caso. Então, quando vejo o movimento afunilar para um pedido de impeachment, eu tenho que dizer: ‘Olha, exclua isso. E tudo mais pode incluir’”



Análise. Carlos Ayres Britto faz avaliação de protestos, em sua residência, em Brasília

15 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Lista do HSBC suíço cita 22 empresários de mídia

Além dos proprietários de jornais, rádios e TVs ou seus familiares e herdeiros, documentos incluem 7 jornalistas

Entre os 8.667 brasileiros que tinham contas na agência do HSBC em Genebra em 2006 e 2007 aparecem os nomes de 22 proprietários de veículos de comunicação ou de familiares e herdeiros, além de sete jornalistas.

O levantamento foi revelado pelo jornal *O Globo* e pelo UOL e faz parte de uma série de reportagens comandada pelo ICIJ, sigla em inglês para Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, sobre o escândalo conhecido como Swissleaks.

As empresas de mídia e jornalistas citados afirmaram desconhecer as contas, negaram irregularidades ou preferiram não comentar o assunto. Os documentos indicam que 14 contas estavam encerradas quando os dados foram vazados por um ex-funcionário do HSBC na Suíça.

Contas bancárias no exterior não são ilegais, desde que sejam declaradas à Receita Federal.

Nos registros constam os nomes de Octavio Frias de Oliveira (1912-2007) e Carlos Caldeira Filho (1913-1993), que tiveram conta conjunta na instituição entre 1990 e 1998, da qual era beneficiário Luiz Frias, atual presidente da *Folha de S. Paulo* e UOL.

Lily de Carvalho (1921-2011), viúva de dois jornalistas e donos de jornais, Horácio de Carvalho (1908-1983), proprietário do extinto *Diário Carioca*, e Roberto Marinho (1904-2003), dono do atual Grupo Globo, aparece na lista.

Os registros trazem os nomes de quatro integrantes da família Saad, dona do Grupo Bandeirantes; o do apresentador de TV Carlos Massa, o Ratinho, dono da Rede Massa, no Paraná; do ex-proprietário da *Gazeta Mercantil* Luiz Fernando Ferreira Levy; e de Fernando Luiz Vieira de Melo (1929-2001), que foi diretor da Rádio Jovem Pan.

Os jornalistas citados nos documentos são Arnaldo Bloch (*O Globo*), José Roberto Guzzo (Editora Abril), Mona Dorf (Jovem Pan) e os quatro filhos de Alberto Dines, dos quais, segundo ele, apenas um vive no Brasil.

15 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Operação Lava Jato

chega a um ano com

parte dos processos

judiciais na etapa final

Algumas das mais de duas dezenas de ações criminais e civis do escândalo da Petrobrás estão praticamente prontas para julgamento

Fausto Macedo
Ricardo Brandt

ENVIADO ESPECIAL A CURITIBA

Em um ano, que se completa na próxima terça-feira, a Operação Lava Jato produziu 19 ações penais e cinco cíveis contra executivos, doleiros, empreiteiros e ex-dirigentes da Petrobrás por corrupção, organização criminosa e lavagem de dinheiro. É a maior e mais importante investigação sobre desvios e fraudes a licitações na estatal petrolífera. Muitos processos judiciais já estão em sua etapa final, dado o ritmo célere imposto pelo juiz Sérgio Moro, da Justiça Federal em Curitiba, base da operação. Mas a Lava Jato ainda está longe do fim.

Nesta semana, a força-tarefa do Ministério Público Federal deverá apresentar mais uma denúncia, desta vez contra o grupo que controlava uma terceira diretoria da Petrobrás. E também mira agora contratos de outras estatais, como na área de energia, a partir de novas delações premiadas – até aqui, 15 investigados fecharam acordo para revelar os segredos da trama contra os cofres da estatal e devolver fortunas que amealharam pela via ilícita.

“A maior parte das acusações ainda está por vir”, revela o procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa. Ele faz uma ressalva. “Existem suspeitas sobre vários outros funcionários, mas o Ministério Público só fala sobre a culpa de alguém quando há provas consistentes, fundamentadas, sobre a responsabilidade daquela pessoa”, afirma.

Origem. A Lava Jato nasceu de um desdobramento do mensalão, a ação penal 470 do Supremo Tribunal Federal que levou ao banco dos réus 40 investigados, entre eles José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil do governo Lula. Parte do dinheiro (R\$ 1,15 milhão) que abasteceu o esquema de compra de apoio ao governo no Congresso foi parar na conta do então líder do PP na Câmara, deputado José Janene.

Alertada por um empresário de Londrina (PR), que Janene tentou usar para lavar o dinheiro do mensalão, a Polícia Federal abriu a investigação em 2009 e identificou o primeiro grande alvo, o doleiro Alberto Youssef, parceiro do ex-deputado, que morreu em 2010.

Os procuradores da República e os delegados da PF descobriram que a Petrobrás era a “galinha dos ovos de ouro” de um

cartel formado por algumas das maiores empreiteiras do País que se infiltraram nas áreas estratégicas da estatal. Simultaneamente, a organização criminosa se apossou da Diretoria de Abastecimento, então sob comando de Paulo Roberto Costa, na Internacional, na gestão Nestor Cerveró, e na Diretoria de Serviços, sob controle de Renato Duque, nome do PT.

Diretores. Costa e Cerveró estão presos, o primeiro fez delação premiada e sua primeira recompensa foi a custódia domiciliar, ainda que monitorado por uma tornozeleira eletrônica. Duque é o único que está em liberdade. Ele chegou a ser preso pela PF em 14 de novembro de 2014, quando estourou a Operação Juízo Final, sétima etapa da Lava Jato. Alguns dias depois, o ministro Teori Zavascki, do Supremo, mandou soltar o ex-diretor, que nega falcaturas e recebimento de propinas.

Duque será acusado formalmente por corrupção passiva e outros delitos nos próximos dias.

CONTINUA

15 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Seu ex-gerente de Engenharia e braço direito, Pedro Barusco, também pegou o atalho da colaboração premiada e, para se livrar da prisão, aceitou devolver o equivalente a R\$ 303 milhões que ganhou de propinas. Contou muita coisa, inclusive sobre como o dinheiro desviado de contratos era destinado ao número 1 da Serviços.

As delações de Paulo Roberto Costa e de Alberto Youssef levaram a Lava Jato para sua fase crucial. Em mais de uma centena de depoimentos, o ex-diretor da estatal e o doceiro apontaram deputados, senadores e governadores e também ex-parlamentares, num total de 50 políticos, como supostos beneficiários de grandes valores para campanhas eleitorais e de mesadas - em troca de pagamentos regulares, todo mês, de R\$ 40 mil a R\$ 150 mil, na maioria das vezes, os diretores da Petrobrás recebiam o apoio político para se manterem em seus cargos.

Para os investigadores da Lava Jato, as doações eleitorais ocultaram a rede de propinas. Eles avaliam que a organização promovia "doações simuladas". A tática do cartel e dos ex-dirigentes da Petrobrás pode caracterizar lavagem de dinheiro.

Alcance. Em meio ao fogo cruzado no Congresso após a divulgação da lista do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que conduz as investigações sobre políticos com foro privilegiado, a Lava Jato rastreia agora os "crimes que transcendem a Petrobrás", como definiu o juiz Sérgio Moro. A lista de 750 obras alvo de Youssef é um dos indícios dessa atuação da organização em outros setores.

Balanco

16 empreiteiras atuavam em cartel na Petrobrás, segundo o Ministério Público

24 ações foram produzidas - 19 penais e 5 cíveis

11 empreiteiros estão presos

15 acordos de delação premiada já foram firmados

50 pessoas, entre elas 35 parlamentares, são investigadas no Supremo Tribunal Federal

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

FATOS MARCANTES DA OPERAÇÃO

● 17 de março de 2014

Ação em sete Estados desmonta esquema de lavagem de dinheiro suspeito de movimentar R\$ 10 bilhões. Entre os presos da Operação Lava Jato, nomeado à ação por envolver lavanderias e postos de combustíveis, está o doleiro Alberto Youssef.



2014

● 20 de março de 2014

O ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa é preso sob suspeita de ter se aliado a Youssef para fraudar contratos e lavar dinheiro de propina. A prisão aumenta a crise na estatal – dois dias antes a presidente Dilma Rousseff havia dito que só aprovou a polêmica compra da refinaria de Pasadena (EUA), em 2006, quando presidia o Conselho de Administração da Petrobrás, porque se baseou em parecer “falho”.

● 25 de abril de 2014

Costa vira réu em ação da Lava Jato; segundo o Ministério Público, ele praticou corrupção e peculato.

● 14 de maio de 2014

Senado instala CPI para investigar Petrobrás; governistas ocupam os postos-chave da comissão. No mesmo mês é criada a CPI mista, formada por deputados e senadores.

● 19 de maio de 2014

STF determina a soltura de Costa e Youssef, mas um dia depois recua. Youssef volta à prisão, Costa, não.

● 11 de junho de 2014

Costa é novamente preso; três meses depois faz delação premiada e é liberado para cumprir prisão em casa.



● 9 de outubro de 2014

Costa e Youssef afirmam à Justiça que havia um loteamento político em diretorias da Petrobrás por PT, PMDB e PP para superfaturamento e desvio de recursos.

● 14 de novembro de 2014

Ação da sétima fase da Lava Jato mira empreiteiras e prende 15 executivos e o ex-diretor da Petrobrás Renato Duque. Ele é solto depois por decisão do Supremo.

● 18 de dezembro de 2014

O Estado revela lista de 28 políticos citados por Costa na delação premiada – são, ao todo, 10 nomes do PP, 8 do PT, 8 do PMDB, 1 do PSB e 1 do PSDB.

● 14 de janeiro de 2015

O ex-diretor Internacional da Petrobrás Nestor Cerveró, réu na Lava Jato, é preso.

● 26 de fevereiro de 2015

Câmara instala a terceira CPI para investigar a Petrobrás.

● 6 de março de 2015

Supremo determina a abertura de investigação criminal contra políticos suspeitos de envolvimento no esquema de corrupção na Petrobrás – 50 pessoas são alvo de inquérito na Corte. Há ainda dois governadores e um ex-governador sob investigação no Superior Tribunal de Justiça e um caso (o do ex-ministro Antonio Palocci) na Justiça de 1ª instância.

2015